

INSTITUTO  
SUPERIOR  
DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO  
DO PORTO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

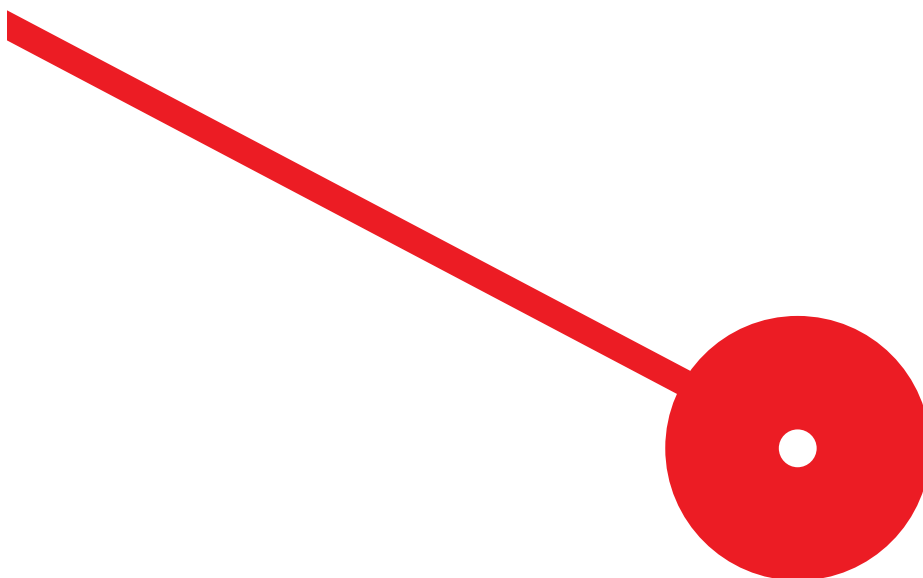
M

MESTRADO EM  
CONTABILIDADE E FINANÇAS

# Impacto do setor tecnológico no conservadorismo contabilístico

Beatriz Pinto Castro

10/2025



INSTITUTO  
SUPERIOR  
DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO  
DO PORTO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

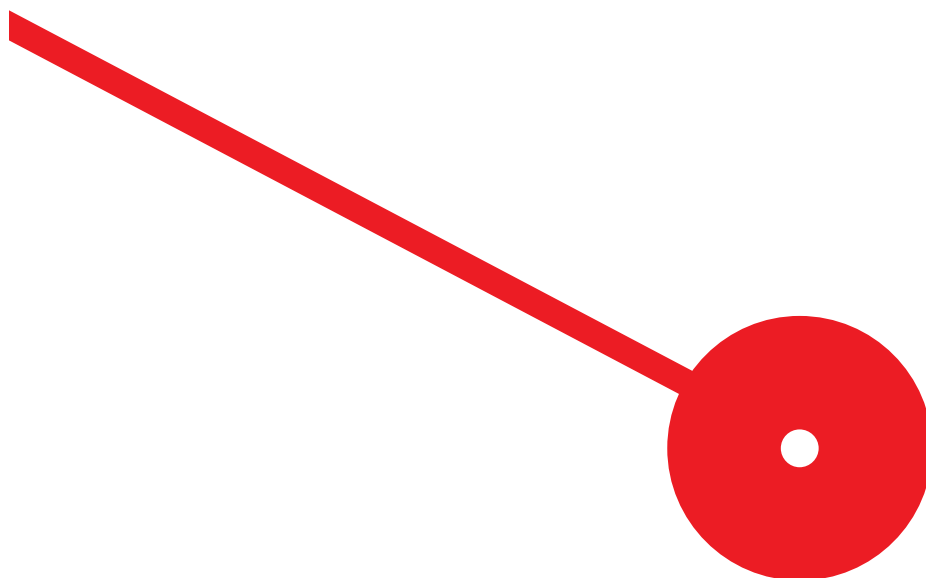
M

MESTRADO EM  
CONTABILIDADE E FINANÇAS

# Impacto do setor tecnológico no conservadorismo contabilístico

Beatriz Pinto Castro

**Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação da Professora Doutora Cláudia Maria Ferreira Pereira.**



## **Agradecimentos**

Quero começar por agradecer à minha orientadora Professora Doutora Cláudia Pereira, pela orientação, dedicação e disponibilidade demonstradas ao longo de todo este percurso. A sua partilha de conhecimento e o seu apoio foram fundamentais para a concretização desta dissertação.

Aos meus pais e ao meu irmão, agradeço profundamente por todo o amor, paciência e compreensão. Obrigada por acreditarem sempre em mim e por me apoiarem em cada etapa deste caminho. Esta conquista também é vossa.

Aos meus melhores amigos, Nádia e Sérgio, obrigada por estarem sempre presentes, em todos os momentos, e por nunca me deixarem, independentemente das circunstâncias. A vossa amizade e apoio sempre foram essenciais para ultrapassar qualquer dificuldade.

A Vila Real, ao Porto e a todas as pessoas que fizeram parte dessa fase da minha vida, à Magui, à Torres, ao Xuxa, à Bibi, à Pinheiro, aos meus padrinhos, aos meus afilhados e, em especial, ao curso de Economia, deixo o mais sincero agradecimento. Cada um de vocês contribuiu para o meu crescimento pessoal e académico e ajudou-me a acreditar nas minhas capacidades.

Agradeço também a todas as pessoas com quem tive oportunidade de trabalhar no início da vida profissional, em especial à Teresa, por me ensinar o valor da persistência e por mostrar, que a força de vontade é essencial para alcançar os nossos objetivos.

## **Resumo:**

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto do setor tecnológico no conservadorismo contabilístico das micro e PME's portuguesas, no período de 2018 a 2023. O conservadorismo, entendido como a prática prudencial de reconhecer perdas de forma mais célere do que ganhos, continua a ser uma característica valorizada da informação financeira, pela sua capacidade de reduzir a assimetria de informação, aumentar a confiança dos investidores e mitigar riscos de litígio. No entanto, o setor tecnológico, marcado pela inovação e pela constante transformação digital, pode desafiar as práticas contabilísticas tradicionais, suscitando a questão de saber se estas empresas apresentam níveis diferenciados de conservadorismo.

Para responder a esta problemática, o estudo recorre a uma amostra de PME portuguesas obtida através da base de dados SABI, distinguindo empresas tecnológicas de outros setores com base no Código de Atividade Económica (CAE). A metodologia é de natureza quantitativa, utilizando modelos econométricos com dados em painel, nomeadamente a abordagem de Basu (1997) e a adaptação de Ball e Shivakumar (2005), que permitem medir o conservadorismo condicional através da tempestividade no reconhecimento de ganhos e perdas. Variáveis de controlo, como a dimensão e endividamento, foram igualmente incluídas para garantir maior robustez na análise.

Os resultados permitem avaliar, em primeiro lugar, se as PME portuguesas, no geral, apresentam práticas contabilísticas conservadoras, e, em segundo lugar, se as empresas do setor tecnológico revelam um comportamento distinto, possivelmente influenciado pela sua maior orientação para inovação e crescimento.

Este estudo contribui para a literatura ao fornecer evidência empírica sobre a interação entre digitalização e qualidade da informação financeira, sendo relevante para académicos, reguladores e decisores empresariais. As conclusões permitem antecipar o impacto da crescente transformação tecnológica no relato contabilístico, o que poderá influenciar práticas futuras e orientar a tomada de decisão de diversos *stakeholders*.

**Palavras chave:** Conservadorismo contabilístico; setor tecnológico; qualidade da informação financeira; relato financeiro

**Abstract:**

The present study aims to analyze the impact of the technological sector on accounting conservatism in Portuguese Small and Medium-Sized Enterprises (SMEs) over the period 2018–2023. Conservatism, understood as the prudent practice of recognizing losses more promptly than gains, remains a valued attribute of financial reporting, given its ability to reduce information asymmetry, enhance investor confidence, and mitigate litigation risks. However, the technological sector—characterized by innovation and ongoing digital transformation—may challenge traditional accounting practices, raising the question of whether these firms display differentiated levels of conservatism.

To address this research question, the study draws on a sample of Portuguese SMEs obtained from the SABI database, distinguishing technology-based companies from other sectors according to their Economic Activity Code (CAE). The methodology follows a quantitative approach, applying panel data econometric models, namely Basu's (1997) framework and the adaptation proposed by Ball and Shivakumar (2005). These models enable the measurement of conditional conservatism through the timeliness of gain and loss recognition. Control variables such as firm size and leverage are also incorporated to ensure robustness of the analysis.

The results allow for two key assessments: first, whether Portuguese SMEs, in general, demonstrate conservative accounting practices; and second, whether technology-sector firms exhibit distinct behavior, potentially influenced by their stronger orientation toward innovation and growth.

This research contributes to the literature by providing empirical evidence on the interaction between digitalization and the quality of financial reporting. The findings are of relevance to scholars, regulators, and business decision-makers, as they shed light on the implications of technological transformation for accounting practices. Ultimately, the study anticipates how the ongoing evolution of the technological environment may shape future reporting standards and inform stakeholder decision-making.

**Key words:** Accounting conservatism; technology sector; quality of financial information; financial statement



## Índice Geral

Agradecimentos .....	III
Resumo: .....	IV
Abstract: .....	V
Índice de Figuras .....	IX
Índice de Tabelas .....	X
Lista de abreviaturas .....	XI
1 Introdução.....	2
2 Revisão de Literatura .....	5
2.1 Qualidade da Informação Financeira.....	5
2.1.1 Manipulação .....	6
2.1.2 Alisamento.....	7
2.1.3 Previsibilidade .....	8
2.1.4 Conservadorismo .....	8
2.2 Definições de conservadorismo.....	9
2.2.1 Conservadorismo Condicional ou <i>ex-post</i> .....	13
2.2.2 Conservadorismo Incondicional ou <i>ex-ante</i> .....	14
2.2.3 Benefícios e Custos do conservadorismo .....	16
2.2.4 Determinantes para a Prática do Conservadorismo .....	18
2.2.5 Diferenças entre Conservadorismo Condicional e Incondicional .....	21
2.2.6 Diferenças entre Modelo de Basu (1997) e o Modelo de Ball e Shivakumar (2005).....	23
3 Metodologias de Investigação .....	27
3.1 Objetivos e hipóteses de estudo.....	27
3.2 Seleção de Dados e Amostra .....	29
3.3 Modelos econométricos .....	30
4 Apresentação e Discussão dos Resultados .....	35

4.1	Estatística Descritiva .....	35
4.2	Regressão econométrica .....	37
5	Conclusão .....	44
5.1	Principais Conclusões.....	44
5.2	Limitações no Estudo .....	45
5.3	Sugestões para Estudos Futuros .....	46
6	Referências Bibliográficas .....	48
7	Apêndices.....	56

## Índice de Figuras

<b>Figura 1</b> - Características da QIF.....	6
<b>Figura 2</b> - Interação do Conservadorismo Incondicional e Condicional.....	12
<b>Figura 3</b> - Assimetria BN e MN nos resultados Basu (1997).....	13
<b>Figura 4</b> - Resumo dos fatores relacionados com o conservadorismo .....	18
<b>Figura 5</b> - Fatores relacionados com o conservadorismo contabilístico .....	21

## **Índice de Tabelas**

<b>Tabela 1</b> - Conservadorismo contabilístico, perspectiva de Penman (2007) .....	15
<b>Tabela 2</b> - Estatística Descritiva (média, mediana, máximo, mínimo, desvio padrão e observações) .....	35
<b>Tabela 3</b> - Matriz de correlações de Pearson .....	36
<b>Tabela 4</b> - Resultados da regressão (Hipótese 1).....	38
<b>Tabela 5</b> - Resultados da regressão (Hipótese 2).....	39
<b>Tabela 6</b> - Resultados da regressão (Hipótese 3).....	41

## Lista de abreviaturas

<b>Notação</b>		<b>Descrição</b>
BN	-	Boas Notícias
CAE	-	Código de Atividade Económica
CNC	-	Comissão de Normalização Contabilística
FASB	-	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
FIFO	-	<i>First In, First Out</i>
IASB	-	<i>International Accounting Standards Board</i>
IF	-	Informação Financeira
IFRS	-	<i>International Financial Reporting Standard</i>
I&D	-	Investigação & Desenvolvimento
LIFO	-	<i>Last In, First Out</i>
MN	-	Más Notícias
OCC	-	Ordem dos Contabilistas Certificados
OROC	-	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
PME's	-	Pequenas e Médias Empresas
QIF	-	Qualidade da Informação Financeira
SABI	-	Sistema de Análise de Balanços Ibéricos
SNC	-	Sistema de Normalização Contabilística

## **CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO**

---

# 1 Introdução

A Qualidade da Informação Financeira (QIF) tem sido amplamente explorada na literatura, por constituir um pilar essencial para a avaliação do desempenho económico-financeiro das empresas e para a tomada de decisão por parte de diversos *stakeholders*, como investidores, credores, reguladores e gestores (P. Dechow *et al.*, 2010; Licerán-Gutiérrez & Cano-Rodríguez, 2017). Embora não seja diretamente observável, a QIF é frequentemente analisada através de *proxies* que captam propriedades como a manipulação, o alisamento, a previsibilidade e, em particular, o conservadorismo contabilístico, este último entendido como uma prática prudencial que privilegia o reconhecimento célere de perdas em detrimento de ganhos (Basu, 1997; Watts, 2003).

Apesar das críticas que apontam enviesamentos na informação, o conservadorismo continua a ser considerado uma característica relevante da contabilidade financeira. Assume diferentes vertentes – condicional e incondicional – manifesta-se tanto em políticas contabilísticas sistemáticas quanto na tempestividade do relato face a boas e más notícias (Beaver & Ryan, 2005; Ruch & Taylor, 2015). Entre os benefícios associados à adoção de práticas conservadoras destacam-se a redução da assimetria de informação, a diminuição dos custos de litígio e o reforço da confiança de investidores e credores. No entanto, tais práticas podem também acarretar custos, nomeadamente a perda de neutralidade na informação (Barker & McGeachin, 2015; LaFond & Watts, 2008).

Paralelamente, o setor tecnológico tem vindo a assumir crescente relevância no tecido empresarial, impulsionado pela inovação e pela transformação digital. Este contexto pode desafiar as práticas contabilísticas tradicionais, incluindo o conservadorismo. Estudos recentes sugerem que a digitalização pode, por outro lado, aumentar a padronização e consistência da informação, promovendo o conservadorismo (Yang & Liu, 2024; Zhong *et al.*, 2024) e, por outro lado, também estimular práticas menos prudentes devido à pressão para reportar resultados que sustentem o crescimento e a inovação (Barker & McGeachin, 2015).

Neste enquadramento, o presente estudo procura responder a três questões centrais, (i) as micro e PME's portuguesas adotam práticas contabilísticas conservadoras, especialmente num período marcado pela pandemia COVID-19, que introduziu incertezas e restrições elevadas; (ii) o impacto do setor tecnológico no relato

contabilístico conservador, tendo em conta a sua propensão para a inovação e mudança; (iii) variáveis de controlo, como a dimensão e endividamento, retiram poder explicativo da variável *dummy* associado ao setor tecnológico.

Para responder a estas questões, o estudo recorre a uma amostra de micro e PME's portuguesas no período compreendido entre 2018 e 2023, distinguindo empresas tecnológicas de outros setores com base no Código de Atividade Económica (CAE). A análise é de natureza quantitativa, sendo aplicada uma regressão econométrica com dados em painel, com base no modelo de Basu (1997) e na adaptação de Ball e Shivakumar (2005), que permitem medir o conservadorismo condicional através da assimetria no reconhecimento de ganhos e perdas.

O estudo assume particular relevância num contexto de crescente digitalização transversal aos setores económicos, que pode alterar o equilíbrio entre inovação e prudência no relato financeiro. Os resultados permitirão compreender de que forma a tecnologia influencia a QIF e, em especial, o conservadorismo contabilístico, fornecendo evidência útil para académicos, reguladores e decisores empresariais.

## **CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA**

---

## 2 Revisão de Literatura

### 2.1 Qualidade da Informação Financeira

A contabilidade desempenha um papel fundamental na tomada de decisões políticas, financeiras e empresariais (Corina & Miculescu, 2012). Nesse contexto, Francis *et al.* (2003) defende que os resultados contabilísticos constituem a principal métrica de desempenho utilizada pelos investidores.

Entre os temas mais debatidos na área da contabilidade, destaca-se a QIF, objeto de extensa investigação científica, como demonstram diversos estudos (P. Dechow *et al.*, 2010; Licerán-Gutiérrez & Cano-Rodríguez, 2017). Segundo Licerán-Gutiérrez & Cano-Rodríguez (2017), uma das características mais relevantes da QIF é o facto de esta não poder ser diretamente observável, o que motiva o desenvolvimento de diferentes *proxies* baseadas nas propriedades contabilísticas da Informação Financeira (IF) para a sua mensuração. Como nenhuma dessas *proxies* apresenta uma capacidade preditiva claramente superior às demais, a QIF é compreendida como um conceito multidimensional (Licerán-Gutiérrez & Cano-Rodríguez, 2017).

Num sentido mais amplo, a IF abrange toda a informação, quantitativa ou qualitativa, divulgada formalmente pelas empresas. Em sentido restrito, identifica-se essencialmente com a informação contabilística, predominantemente quantitativa, preparada segundo os princípios e características definidas e apresentada nas demonstrações financeiras. Entre todas as informações divulgadas nas demonstrações financeiras, o resultado contabilístico é aquele que oferece maior valor informativo (Licerán-Gutiérrez & Cano-Rodríguez, 2017).

A QIF depende da relevância, da quantidade e da capacidade da informação para apoiar a tomada de decisão e a avaliação do desempenho de uma entidade. No entanto, com o intuito de hiperbolizar o desempenho económico, financeiro e organizacional, algumas entidades recorrem a mecanismos que a podem comprometer (P. Dechow *et al.*, 2010).

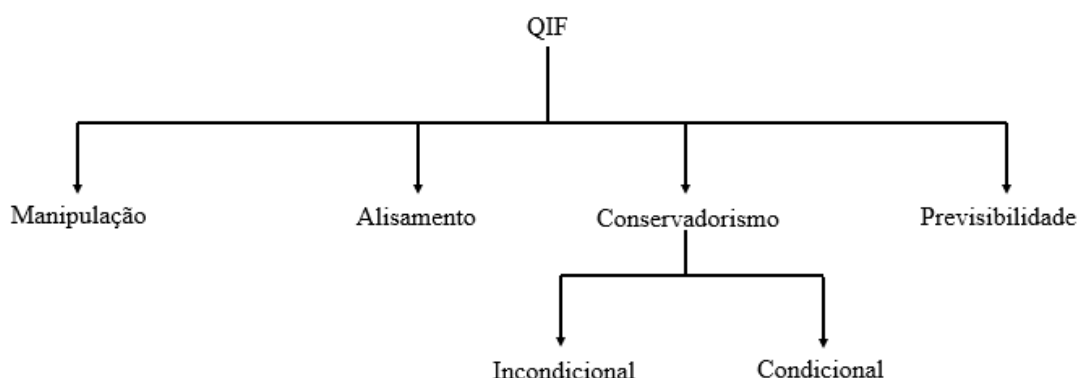
A QIF assenta em três pilares principais: (i) a relevância da informação para a tomada de decisão; (ii) o volume de informação relevante que os resultados fornecem sobre o desempenho financeiro da empresa; e (iii) a capacidade do sistema contabilístico de medir e comunicar esse desempenho (P. Dechow *et al.*, 2010).

Como referido, a QIF é um conceito multidimensional e de difícil deteção, sendo apenas possível medi-la a partir da IF divulgada pelas empresas. Contudo, essa informação nem sempre reflete de forma fidedigna a realidade económico-financeira da empresa, podendo por vezes ser manipulada. Por essa razão, torna-se essencial identificar as propriedades da IF a analisar, de modo a sustentar o estudo empírico.

A natureza multidimensional da QIF, implica que esta dependa de múltiplos fatores. Entre eles, destaca-se a flexibilidade das normas contabilísticas, que permite aos gestores escolherem o tratamento contabilístico que considerem mais adequado (Banimahd & Aliabadi, 2013; Licerán-Gutiérrez & Cano-Rodríguez, 2017; Roychowdhury, 2006).

Entre as principais propriedades dos resultados contabilísticos, salientam-se, segundo Banimahd & Aliabadi (2013), Licerán-Gutiérrez & Cano-Rodríguez (2017) e Roychowdhury (2006), a manipulação, o alisamento, a previsibilidade e o conservadorismo.

**Figura 1 - Características da QIF**



**Fonte:** Elaboração própria, contudo adaptação de Banimahd & Aliabadi (2013), Licerán-Gutiérrez & Cano-Rodríguez (2017) e Roychowdhury (2006)

### 2.1.1 Manipulação

A manipulação de resultados é um dos temas mais explorados na literatura contabilística, procurando-se compreender as suas causas e consequências. De forma geral, esta prática ocorre quando os gestores utilizam, de maneira subtil, a informação financeira como instrumento para obter benefícios próprios ou para a empresa. Tais

decisões podem comprometer a fidedignidade das demonstrações financeiras, deixando de refletir adequadamente a verdadeira situação económico-financeira da organização, o que pode levar a interpretações erróneas por parte dos *stakeholders* (Licerán-Gutiérrez & Cano-Rodríguez, 2017). Uma das críticas mais recorrentes a este tipo de investigação prende-se com a fragilidade e baixa precisão das técnicas disponíveis para mensurar a manipulação de resultados (P. M. Dechow *et al.*, 2012).

### **2.1.2 Alisamento**

Um dos princípios fundamentais de um sistema contabilístico baseado no regime do acréscimo é que resultados com menor volatilidade tendem a ser mais úteis e fiáveis para apoiar a tomada de decisões (P. Dechow *et al.*, 2010). Assim, pode-se afirmar que a QIF tende a ser mais elevada quanto menores forem as oscilações nos resultados de uma empresa.

Embora o alisamento possa conferir maior valor informativo e preditivo aos resultados, diversos estudos (Black *et al.*, 2021; Jacob & Jorgensen, 2007; Lennox *et al.*, 2016; Leuz *et al.*, 2003) indicam que esta prática é frequentemente utilizada por gestores como forma de ocultar o verdadeiro desempenho económico-financeiro da organização. Nesses casos, o alisamento é associado à manipulação de resultados, sendo interpretado como sinal de baixa QIF.

Como referido anteriormente, uma menor variabilidade nos resultados é frequentemente considerada pelos analistas como um indicador mais fiável para avaliar uma empresa, pois reduz a margem de erro. Contudo, quando os gestores utilizam informações privilegiadas sobre os resultados futuros para aplicar mecanismos de alisamento, visando aumentar a sua relevância, isso pode introduzir “ruídos” nos dados financeiros, comprometendo assim a sua qualidade (P. Dechow *et al.*, 2010; Licerán-Gutiérrez & Cano-Rodríguez, 2017).

Este dilema representa um dos maiores desafios na medição da QIF através do alisamento, sendo essencial desenvolver ferramentas que permitam distinguir entre um alisamento que efetivamente melhora a qualidade dos resultados e aquele que, ao invés, resulta em manipulação (P. Dechow *et al.*, 2010; Licerán-Gutiérrez & Cano-Rodríguez, 2017).

### 2.1.3 Previsibilidade

Entre as principais propriedades da IF, destaca-se a previsibilidade, entendida como a capacidade de um utilizador das demonstrações financeiras, com base nos resultados anteriores, estimar o desempenho da empresa num horizonte temporal de curto ou médio prazo.

No contexto da avaliação de empresas, é amplamente aceite que os resultados consistentes constituem um melhor indicador para modelos de valorização, especialmente sob a ótica dos *free cash-flows*. Assim, conclui-se que resultados persistentes tendem a ser mais previsíveis e, conseqüentemente, revelam maior qualidade do que resultados voláteis ou irregulares (P. Dechow *et al.*, 2010; Licerán-Gutiérrez & Cano-Rodríguez, 2017).

Esta característica está geralmente associada à persistência dos resultados, uma vez que estes servem como um indicador mais eficaz para prever desempenhos futuros. No entanto, para garantir essa persistência, os gestores podem recorrer a práticas como a manipulação e o alisamento dos resultados, comprometendo a fiabilidade da informação reduzindo a QIF (P. M. Dechow *et al.*, 2012; Licerán-Gutiérrez & Cano-Rodríguez, 2017).

### 2.1.4 Conservadorismo

O conservadorismo contabilístico constitui outra dimensão relevante para avaliar a QIF, representando a assimetria no nível de verificabilidade exigido para o reconhecimento de gastos e rendimentos. Mais concretamente, exige-se um grau superior de verificação para reconhecer boas notícias como rendimento, em comparação com o reconhecimento de más notícias como gasto (Licerán-Gutiérrez & Cano-Rodríguez, 2017).

Biddle *et al.* (2022) descreve o conservadorismo contabilístico como “uma característica de longa data e generalizada da contabilidade financeira”. A sua filosofia é sintetizada na máxima de que não se devem antecipar lucros, mas sim reconhecer todas as perdas que tenham probabilidade de ocorrer (Watts, 2003).

Apesar da sua relevância histórica, tanto o *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) como o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) têm-se mostrado

cautelosos quanto à inclusão do conservadorismo nas suas estruturas conceptuais, alegando que este compromete a neutralidade e pode enviesar as demonstrações financeiras (Ishida & Ito, 2014).

Watts (2003) define o conservadorismo como a assimetria nos critérios de reconhecimento de ganhos e perdas. Quanto maior for a exigência de verificação para registar ganhos em relação às perdas, mais elevado será o grau de conservadorismo.

## 2.2 Definições de conservadorismo

Ao longo das décadas, o conservadorismo tem desempenhado um papel central e recorrente na prática e investigação contabilísticas, sendo amplamente reconhecido como um dos princípios mais antigos e influentes da contabilidade (Basu, 1997; Cerqueira & Pereira, 2020; Watts, 2003). A relevância deste conceito reside na necessidade de lidar com as incertezas inerentes ao relato financeiro, impondo maior rigor no reconhecimento das “boas” e “más” notícias (Maia *et al.*, 2018).

A definição tradicional de conservadorismo remonta a Bliss (1924), citado por Basu (1997), que sintetiza o conservadorismo na máxima: “*Accountants traditionally expressed conservatism by the rule anticipate no profits but anticipate all losses*”, ou seja, antecipar todas as perdas, mas nunca os lucros. Esta conceção evidencia o traço fundamental do conservadorismo: a assimetria na oportunidade de reconhecimento, em que perdas potenciais são registadas mais cedo, enquanto ganhos apenas são reconhecidos quando efetivamente realizados.

Esta visão foi amplamente retomada por Basu (1997), um dos autores mais influentes na literatura moderna, que formaliza o conceito como “*accountants' tendency to require a higher degree of verification for recognizing good news than bad news in financial statement. Under my interpretation of conservatism, earnings reflect bad news more quickly than good news. For instance, unrealized losses are typically recognized earlier than unrealized gains*”. Segundo o autor, os resultados contabilísticos refletem as perdas económicas de forma mais célere do que os ganhos, dado que as más notícias exigem menor grau de verificação, ao passo que as boas apenas são reconhecidas mediante evidência robusta.

A influência de Basu é tão marcante que a sua definição constitui o ponto de partida da maioria dos estudos empíricos subsequentes sobre o tema (Barker & McGeachin, 2015; Guay & Verrecchia, 2006; Watts, 2003). Para Basu, por exemplo, perdas não realizadas são geralmente registadas de imediato, enquanto ganhos não realizados tendem a ser diferidos até que se tornem suficientemente verificáveis. Esta formulação permite operacionalizar o conservadorismo em modelos econométricos, ligando-o à tempestividade dos resultados contabilísticos face a diferentes tipos de notícias.

Na mesma linha de Basu, Watts (2003) descreve o conservadorismo como o “*differential verifiability required for recognition of profits versus losses*”, enfatizando o grau de verificabilidade diferencial, confirmando que as perdas são reconhecidas com menor exigência de prova do que os ganhos. Para o autor, este enviesamento funciona como um mecanismo disciplinador face a potenciais excessos de gestão, reduzindo os riscos de sobreavaliação dos ativos e dos resultados.

Complementando estas abordagens, Guay & Verrecchia (2006) também definem o conservadorismo como o reconhecimento mais célere das perdas em relação aos ganhos. Introduzem, contudo, uma distinção relevante entre oportunidade e verificabilidade: o conservadorismo não implica antecipar artificialmente resultados negativos, mas sim adiar o reconhecimento dos positivos até que sejam suficientemente verificáveis, privilegiando a fiabilidade da informação em detrimento da sua atualidade.

Neste debate, Barker & McGeachun (2015) salientam dois problemas centrais: a dificuldade de medir ganhos e perdas de forma verificável num determinado momento, e a forma distinta como essa limitação é resolvida consoante se trate de ganhos ou perdas. Na prática, a confiança na mensuração tende a aumentar com o tempo, impondo um *trade-off* entre verificabilidade e oportunidade, geralmente mais permissivo para perdas, em linha com a prudência tradicional

Por outro lado, Beaver & Ryan (2005) expandem a discussão ao considerar o conservadorismo como a subavaliação sistemática dos ativos líquidos face ao seu valor de mercado. Este enviesamento resulta de práticas como o reconhecimento imediato de custos intangíveis desenvolvidos internamente (*e.g.*, despesas de I&D), a depreciação acelerada de ativos e a adoção de métodos contabilísticos conservadores. Esta

interpretação aproxima-se da noção de “*goodwill* não registado”, dado que os balanços tendem a apresentar valores inferiores à verdadeira valorização de mercado.

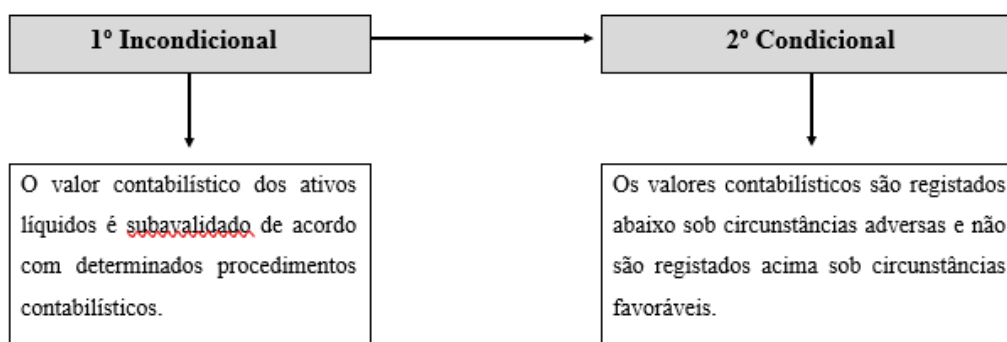
Penman & Zhang (2002) segue uma lógica semelhante, definindo conservadorismo como “*is accounting that understates assets on the balance sheet or overstates liabilities*”. Para o autor, trata-se de práticas que deliberadamente reduzem o valor contabilístico dos ativos e aumentam o dos passivos, resultando em menor valor líquido reportado. Como exemplos, refere o reconhecimento imediato das despesas de publicidade e investigação, a escolha do sistema de custeio LIFO em detrimento do FIFO, e a aceleração de amortizações. Em empresas em crescimento, o conservadorismo pode ter um impacto mais pesado e imediato, reduzindo a sustentabilidade dos resultados contabilísticos devido ao aumento acelerado dos ativos operacionais líquidos (Penman & Zhang, 2002).

No campo conceptual, emergiram posteriormente duas grandes categorias de conservadorismo: o condicional (*ex-post*) e o incondicional (*ex-ante*) (Beaver & Ryan, 2005; Richardson & Tinaikar, 2004).

O conservadorismo condicional refere-se à prática de reconhecer perdas de forma mais célere e oportuna do que ganhos, em função de acontecimentos futuros (notícias dependentes). É a vertente mais explorada na literatura empírica, estando diretamente relacionada com a definição de Basu (1997).

Já o conservadorismo incondicional consiste em práticas contabilísticas que, de forma sistemática e independentemente de novas informações, subavaliam ativos e sobreavaliam passivos (notícias independentes). Exemplos incluem a utilização do custo histórico como critério de mensuração, ou o reconhecimento imediato de determinados gastos.

**Figura 2 - Interação do Conservadorismo Incondicional e Condicional**



**Fonte:** Elaboração própria, contudo adaptação de Beaver & Ryan (2005).

Enquanto o condicional se foca na reação assimétrica a choques de mercado (“boas” vs “más” notícias), o incondicional decorre de políticas contabilísticas previamente escolhidas, aplicadas de forma consistente e prudente.

Autores mais recentes, como Li & Chao (2020), enfatizam o carácter prudente do conservadorismo como atitude necessária dos contabilistas perante ambientes de incerteza. Laux & Ray (2020) interpretam o conservadorismo como a exigência de relatórios financeiros preparados com cautela, visando reduzir o risco de demonstrações financeiras inflacionadas.

Adicionalmente, Marques *et al.* (2017) reforçam os benefícios do conservadorismo para os investidores, argumentando que, embora represente um enviesamento, contribui para reduzir o risco de sobreavaliação de ativos — fator apontado como determinante em muitos colapsos empresariais. Segundo estes autores, a adoção de práticas conservadoras pode também ter implicações fiscais, na medida em que gestores utilizam políticas contabilísticas para reduzir o valor atual líquido das obrigações tributárias.

Em suma, o conservadorismo contabilístico tem sido conceptualizado sob duas grandes perspetivas. A primeira, associada a Basu (1997) e seguidores, foca-se no reconhecimento assimétrico de ganhos e perdas, refletindo perdas mais rapidamente que ganhos. A segunda, defendida por Beaver & Ryan (2005), Penman & Zhang (2002) e outros, destaca a flexibilidade normativa e discricionariedade na escolha de métodos contabilísticos, que conduz a uma subavaliação sistemática dos ativos e sobreavaliação

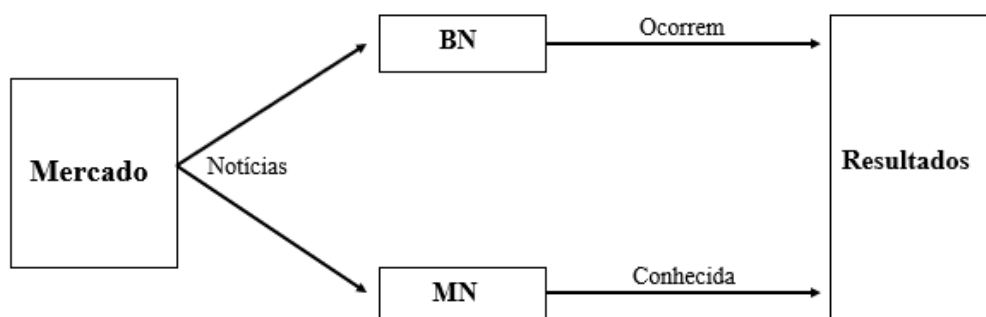
de passivos. Estas duas vertentes do conservadorismo - condicional e incondicional - complementam-se e ajudam a compreender a longevidade e relevância do conservadorismo como princípio central da contabilidade financeira.

### 2.2.1 Conservadorismo Condicional ou *ex-post*

Beaver & Ryan (2005), autores que distinguiram duas formas de conservadorismo, definem o conservadorismo condicional (*ex-post* ou *news dependente*) como a prática de reduzir os valores contabilísticos perante circunstâncias adversas, mas não os aumentar em situações favoráveis, sendo esta última postura considerada conservadora.

Esta abordagem está em consonância com a definição tradicional apresentada por Bliss (1924) e de Basu (1997), que descreve o conservadorismo como a assimetria no reconhecimento das BN e das MN nos resultados contabilísticos. Enquanto as BN exigem um elevado grau de verificação para serem reconhecidas - só são reconhecidas quando efetivamente são concretizadas - as MN são registadas de forma imediata assim que se tornam conhecidas, independente de se materializarem ou não no período corrente, como se demonstra na Figura 3.

**Figura 3** - Assimetria BN e MN nos resultados Basu (1997)



**Fonte:** Elaboração própria, contudo adaptação de Basu (1997)

Segundo Basu (1997), o conservadorismo condicional traduz-se na tendência de exigir maior verificação para o reconhecimento ganhos do que perdas, o que implica que as perdas não realizadas sejam contabilizadas mais rapidamente do que os ganhos não realizados.

### **2.2.2 Conservadorismo Incondicional ou *ex-ante***

O conservadorismo incondicional assenta na flexibilidade ou nas “lacunas” existentes nas normas contabilísticas, que conferem discricionariedade na forma de reconhecer determinadas operações, permitindo diferentes interpretações dentro dos limites regulamentares.

Richardson & Tinaika (2004) descrevem o conservadorismo contabilístico como “notícias independentes”, baseadas no balanço. Trata-se de uma prática que reduz os resultados contabilísticos independentemente das condições económicas do período. Estes autores concluem que a aplicação do conservadorismo *ex-ante* não decorre de uma relação direta entre os ganhos correntes e os retornos, nem de diferenças significativas entre essas duas variáveis

Na perspetiva de Penman & Zhang (2002), o conservadorismo incondicional traduz-se em escolhas contabilísticas que, de forma consistente, reduzem o valor contabilístico e mantêm os ativos líquidos a um nível relativamente baixo. Entre os exemplos citados estão: acelerar a amortização dos ativos, reconhecer como gasto do exercício, mesmo que possa gerar fluxos de caixa futuros, despesas de I&D ou de publicidade, e optar pelo método de custeio LIFO em vez do FIFO.

Penman & Zhang (2002) destacam que, em empresas em crescimento, estas práticas podem afetar a sustentabilidade dos resultados, dado que o aumento dos ativos operacionais líquidos conduz a menores lucros e reservas sob um regime conservador.

Penman & Zhang (2002) acrescenta que, numa perspetiva de avaliação, a escolha de métodos contabilísticos não altera o valor de uma empresa na ausência de crescimento, pois qualquer alteração no valor contabilístico atual é compensada: “*An accounting method that changes de current book value changes future residual income, but it does not change the value calculated because the changes in the residual income is exactly offset, in present value terms, by the changes in current book value.*”.

Na Tabela 1 demonstramos resumidamente o entendimento deste autor sobre o conservadorismo.

**Tabela 1** - Conservadorismo contabilístico, perspectiva de Penman (2007)

<b>Conservadorismo Contabilístico</b>
<b>Práticas que diminuem o valor contabilístico</b>
- Acelerar a amortização dos ativos tangíveis
- Acelerar a amortização dos intangíveis, como seja patente e direitos
- Sistema de custeio dos Stock LIFO
<b>Subavalia (Subestima)</b>
- Contas líquidas a receber (estimar altos débitos maus)
- Estimativas de valores residuais baixos
- Imparidade com valores elevados
<b>Sobreavalia (Sobrestima)</b>
- Pensões
- Provisões para reestruturas e eventos futuros
- Obrigações <del>warrant</del>
- Diferir vendas
<b>Práticas que não afetam de todo o valor contabilístico</b>
- Imediato custo do exercício I&D e Publicidade
- Custo do exercício, investimentos em capital humano e intelectual

**Fonte:** Elaboração própria, contudo adaptação de Penman (2007, p.609)

Beaver & Ryan (2005), que anteriormente definiram o conservadorismo condicional, descrevem o conservadorismo incondicional como a subavaliação sistemática do valor contabilístico dos ativos líquidos face ao seu valor de mercado, resultante da escolha de métodos contabilísticos específicos, como registo de despesas de I&D como custo do exercício ou a aplicação de taxas elevadas de amortização.

Nesta linha, Givoly & Hayn (2000), apoiando-se na definição de Wolk (1989), caracteriza o conservadorismo como a seleção de princípios contabilísticos que reduzem os resultados acumulados reportados, seja através do reconhecimento mais lento de receitas, mais rápido de despesas, subavaliação de ativos e sobreavaliação de passivos.

Em síntese, o conservadorismo incondicional reflete a adoção de práticas contabilísticas que, dentro das normas, reduzem de forma consistente os valores contabilísticos. Estas escolhas só configuram manipulação quando existe a intenção deliberada de distorcer a informação (P. Dechow *et al.*, 2010).

### 2.2.3 Benefícios e Custos do conservadorismo

A adoção de práticas contabilísticas conservadoras pode gerar simultaneamente benefícios e custos.

Sob a perspectiva positiva, LaFond & Roychowdhury (2008) argumentam que o conservadorismo reduz pagamentos oportunistas a gestores, como compensações ou dividendos excessivos, minimizando a transferência indevida de riqueza.

De forma complementar, LaFond & Watts (2008) demonstram que o conservadorismo tende a aumentar em resposta ao crescimento das assimetrias de informação nos mercados de capitais, funcionando como um mecanismo para limitar a manipulação de resultados, melhorar os fluxos de caixa e potencializar o valor da empresa.

García Lara *et al.*, (2014), reforçam esta visão ao mostrarem que o conservadorismo diminui as assimetrias de informação entre *insiders* e *outsiders*, beneficiando não apenas os credores, mas também acionistas atuais e potenciais.

Watts (2003), citado por André *et al.*, (2015), resume quatro benefícios centrais do conservadorismo:

1. Mecanismo de contratação eficiente, ao favorecer a maximização do valor da empresa
2. Redução dos custos de litígio, que tendem a ocorrer quando a empresa sobrestima os ganhos e ativos líquidos
3. Diminuição de carga fiscal, através do adiamento no reconhecimento de ganhos e do registo antecipado de gastos
4. Função regulatório, incentivando a adoção de normas mais prudentes quando há risco de sobreavaliação dos ativos líquidos

Por outro lado, os órgãos internacionais de normalização contabilística, especialmente o IASB e o FASB, têm defendido que a neutralidade deve prevalecer sobre a prudência, contrariando assim a noção de conservadorismo (Barker & McGeachin, 2015).

Segundo estes autores, o conservadorismo não é uma característica conceptualmente desejável em demonstrações financeiras de objetivo geral, pois compromete a neutralidade e pode conduzir a decisões menos eficientes (Barker & McGeachin, 2015; Ruch & Taylor, 2015).

Neste sentido, embora o conservadorismo promova o reconhecimento atempado de perdas, essa abordagem exige maior cautela para reconhecer ganhos, apenas quando verificáveis. Assim, privilegia o princípio da fiabilidade em detrimento da neutralidade, a qual pressupõe uma representação fiel da informação contabilística (Barker & McGeachin, 2015).

Cascino *et al.* (2014) acrescentam que as demonstrações financeiras devem fornecer informação útil, neutra e atempada, independentemente de já estar verificada.

O que toca às normas internacionais, IFRS, estas constituem um modelo de mensuração misto: alguns ativos e passivos seguem o modelo de custo e outro o modelo do justo valor (Barker & McGeachin, 2015).

O modelo de custo tende a ser mais conservador, pois reconhece ganhos não realizados, mas permite o registo imediato de perdas através de testes de imparidade ou adequação de passivos. Já o modelo de justo valor reconhece de imediato os efeitos de variações económicas, o que pode reduzir o conservadorismo (Barker & McGeachin, 2015).

Em termos práticos, nas IFRS, a mensuração inicial é ao modelo de custo, sendo o justo valor uma opção na mensuração subsequente. Embora o justo valor possa levar à sobreavaliação dos ativos, a flexibilidade das normas permite ajustar o grau de conservadorismo ao contexto económico (Barker & McGeachin, 2015; Whalen, 2008).

Contrariando a crítica de que as normas internacionais enfraquecem o conservadorismo, André *et al.*, (2015), citados por Cerqueira & Pereira (2020), identificam predominância de práticas conservadoras condicionais nos padrões contabilísticos. Barker & McGeachin (2015) destacam ainda requisitos de reconhecimento e divulgação que reforçam tanto o conservadorismo condicional, como o incondicional.

Francis *et al.* (2013), confirma que esta convenção mantém relevância nos relatórios financeiros e que estudos recentes apontam para o aumento do seu uso, evidenciando benefícios concretos para as empresas.

## 2.2.4 Determinantes para a Prática do Conservadorismo

Uma questão que tem despertado interesse em diversos estudos diz respeito à identificação dos fatores que determinam e motivam a adoção de práticas contabilísticas conservadoras, tanto na sua vertente condicional como na incondicional.

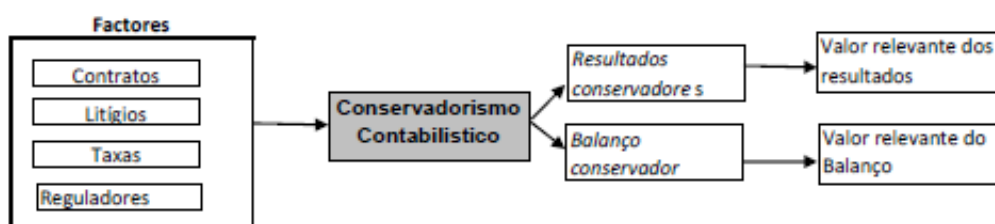
É amplamente aceite que as demonstrações financeiras assumem diferentes funções para os vários utilizadores, dependendo sobretudo da separação entre propriedade e o controlo da empresa (Moreira, 2006).

Nos países com economias mais desenvolvidas, em que o mercado de capitais desempenha um papel relevante no financiamento empresarial, os principais destinatários da informação contabilística são os acionistas, analistas e a imprensa financeira (Moreira, 2006).

Em contrapartida, em economias menos desenvolvidas, como Portugal, o mercado de capitais é pouco expressivo, sendo o sistema bancário a principal fonte de financiamento. Neste contexto, a informação contabilística serve essencialmente para efeitos de obtenção de crédito junto das instituições financeiras e para o cumprimento das obrigações fiscais (Moreira, 2006).

Watts (2003) identifica quatro fatores que justificam a existência de conservadorismo contabilístico: contratação, custos de litígio, tributação e regulamentação.

*Figura 4 - Resumo dos fatores relacionados com o conservadorismo*



**Fonte:** Elaboração própria

### (i) Contratação;

Grande parte dos contratos estabelecidos pelas empresas, por exemplo, com credores e gestores, baseiam-se em indicadores contabilísticos. Essa dependência cria incentivos para práticas conservadoras, uma vez que a flexibilidade permitida pelas

normas contabilísticas pode ser utilizada para ajustar os resultados às necessidades contratuais Watts (2003). Um exemplo comum são os contratos de endividamento, celebrados tanto com bancos como através de mercados de capitais, que frequentemente incluem cláusulas restritivas à gestão, funcionando como mecanismos de proteção contra riscos de investimento.

Outro fator contratual relevante são os contratos de compensação (bónus) entre gestores e acionistas. Nestes casos, existe um *trade-off*: os gestores procuram maximizar os resultados correntes e, conseqüentemente, os seus benefícios, enquanto os credores e acionistas preferem resultados conservadores, que limitam essas compensações e asseguram níveis mínimos de liquidez para salvaguardar as responsabilidades da empresa (Mendes & Rodrigues, 2007; Watts, 2003).

#### **(ii) Custos de Litígio;**

O risco de litígio surge quando acionistas ou outras partes interessadas processam gestores, administradores ou auditores, alegando que as demonstrações financeiras não refletem fielmente a realidade económica da empresa (Lara *et al.*, 2009). Estudos demonstram que a probabilidade de processos judiciais é maior quando ativos e resultados estão sobrestimados do que quando estão subestimados (Watts, 2003).

Assim, o conservadorismo contabilístico funciona como mecanismo de mitigação desses riscos, reduzindo a assimetria de informação, seleção adversa e outros problemas de agência (Lara *et al.*, 2009).

#### **(iii) Tributação;**

As decisões fiscais influenciam fortemente nas escolhas contabilísticas (Shackelford & Shevlin, 2001). Para reduzir o valor presente dos impostos a pagar, as empresas tendem a adiar o reconhecimento de resultados, o que incentiva a subavaliação de ativos e lucros (Watts, 2003). Tanto o conservadorismo condicional como o incondicional são utilizados com esse propósito, contribuindo para o aumento do valor da empresa (Lara *et al.*, 2009).

Em Portugal, Moreira (2006) demonstra que a elevada carga fiscal leva as empresas a reduzir resultados de forma a minimizar a carga tributária. Estudos confirmam, empiricamente, que práticas de manipulação descendente dos resultados estão associados ao pagamento especial por conta, reforçando a ideia de que a fiscalidade constitui um forte incentivo ao conservadorismo contabilístico.

#### **(iv) Regulamentação.**

A regulamentação é outro fator que pode induzir práticas conservadoras (Watts, 2003).

Ball *et al.* (2000), sublinham que a origem jurídica dos países, *common law* ou *civil law*, influencia significativamente o processo de elaboração de informação financeira.

Nos países de tradição anglo-saxónica (*common law*), como o Reino Unido, Dinamarca, Holanda e Irlanda, existe uma fraca ligação entre a contabilidade e a fiscalidade. Nesses contextos, os investidores são a principal fonte de financiamento e exigem informação contabilística que reflita de forma fidedigna a posição financeira da empresa (Guimarães, 2000).

Já nos países de tradição europeia-continental (*civil law*), como Alemanha, França, Espanha, Itália e Portugal, verifica-se uma forte ligação entre a contabilidade e a fiscalidade. O financiamento empresarial assenta sobretudo no sistema bancário, e a regulamentação contabilística visa prioritariamente a proteção dos credores (Guimarães, 2000).

Em Portugal, o sistema contabilístico é altamente regulado pelo governo e pelo Banco de Portugal, estando alinhado com a fiscalidade. A elaboração dos relatórios financeiros anuais é obrigatória por lei, destinando-se sobretudo a satisfazer as exigências da administração (Moreira, 2006).

A hierarquia normativa inclui a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), diretrizes nacionais e as Normas Internacionais de Contabilidade, complementadas pelas entidades profissionais como a Ordem dos contabilistas Certificados (OCC) e a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) (Moreira, 2006).

Segundo Lara *et al.*, 2009, os custos de contratação induzem sobretudo conservadorismo condicional, enquanto litígio, tributação e regulamentação podem gerar tanto conservadorismo condicional como incondicional.

Contudo, investigações anteriores de Ball (2001), Ball & Shivakumar (2005), Basu (2005) e Qiang (2007) sugerem que a tributação e regulamentação estão associadas à vertente incondicional, o que influencia o reconhecimento inicial de ativos e passivos e a subsequente geração de *goodwill* não registado (Beaver & Ryan, 2005).

**Figura 5 - Fatores relacionados com o conservadorismo contabilístico**



**Fonte:** Elaboração própria, contudo adaptação de Santos (2009)

### 2.2.5 Diferenças entre Conservadorismo Condicional e Incondicional

Estudos anteriores identificam duas formas principais de conservadorismo contabilístico que resultam na subavaliação do valor contabilístico: o conservadorismo condicional e o conservadorismo incondicional.

A distinção entre ambos reside no facto de o conservadorismo condicional depender da ocorrência de notícias económicas, ao passo que o incondicional não estar sujeito a tais circunstâncias (Ruch & Taylor, 2015). Assim, o conservadorismo condicional caracteriza-se pelo reconhecimento assimétrico das notícias: as negativas são refletidas nos resultados de forma mais célere, enquanto as positivas apenas são reconhecidas quando efetivamente verificadas (Basu, 1997; Coelho & Lima, 2007). Em contrapartida, o conservadorismo incondicional traduz-se numa subavaliação sistemática dos ativos líquidos, resultante de práticas contabilísticas pré-estabelecidas e independentes de eventos futuros (Sodan *et al.*, 2013).

Exemplos de conservadorismo condicional incluem o registro de imparidades de ativos tangíveis e intangíveis de longa duração ou a valorização de inventários pelo menor valor entre custo e mercado. Já no âmbito do conservadorismo incondicional, são exemplos a amortização de ativos a taxas conservadoras ou o reconhecimento imediato das despesas de desenvolvimento como gasto e não como ativo (Beaver & Ryan, 2005).

Segundo Ruch & Taylor (2015), a diferenciação entre estas duas formas de conservadorismo é relevante por três motivos. Em primeiro lugar, produzem efeitos distintos nas demonstrações financeiras, tanto ao nível do reconhecimento de resultados como na avaliação do balanço. Em segundo lugar, a presença de conservadorismo incondicional pode limitar ou distorcer a identificação do conservadorismo condicional, uma vez que a subavaliação prévia dos ativos reduz a relevância das imparidades aquando do surgimento de MN. Por fim, as condições que dão origem a cada tipo de conservadorismo são distintas: o condicional surge sobretudo em contextos de elevados custos de litígio e contratação, enquanto o incondicional tende a predominar em ambientes com forte pressão fiscal e regulamentar (Qiang, 2007).

Adicionalmente, estudos como o de Jackson (2008), citado por Gutiérrez & Rodríguez (2017) associam o conservadorismo incondicional a uma menor qualidade dos resultados contabilísticos. As medidas empíricas mais utilizadas para avaliar este tipo incluem o rácio *Price-to-Book* (Beaver & Ryan, 2005), o acúmulo de *accruals*<sup>1</sup> negativos (Givoly & Hayn, 2000) e a existência de reservas ocultas (Penman & Zhang, 2002).

Apesar da coexistência de ambas as formas, a literatura indica que o conservadorismo condicional prevalece sobre o incondicional, dado o seu papel central no reconhecimento oportuno das perdas e na melhoria da eficiência contratual, sobretudo no que se refere a dívida e remuneração (Ball & Shivakumar, 2005).

Por esse motivo, o presente estudo incide sobre o conservadorismo condicional, por ser aquele que mais influencia a utilidade da informação contabilística, ao refletir de forma diferenciada e tempestiva os efeitos de “boas” e “más” notícias, fornecendo assim elementos cruciais para a avaliação e a contratação (Ryan, 2006).

---

<sup>1</sup> *Accruals* são custos ou receitas reconhecidas contabilisticamente quando o evento ocorre, e não quando o dinheiro é efetivamente pago ou recebido.

### **2.2.6 Diferenças entre Modelo de Basu (1997) e o Modelo de Ball e Shivakumar (2005)**

O modelo desenvolvido por Basu (1997) constitui um marco na mensuração do conservadorismo condicional, ao propor uma abordagem empírica baseada na tempestividade assimétrica dos resultados contabilísticos. Segundo o autor, o conservadorismo manifesta-se na tendência de os contabilistas reconhecerem perdas de forma mais célere do que ganhos, uma vez que as MN requerem um nível de verificabilidade inferior ao das BN. Este comportamento prudencial visa evitar a sobreavaliação dos resultados e dos ativos, assegurando maior fiabilidade na informação financeira (Basu, 1997; Watts, 2003).

No modelo de Basu (1997), o conservadorismo é quantificado através da relação entre a variação dos resultados e os acontecimentos económicos que refletem boas ou más notícias para a empresa. Quando o coeficiente associado às MN é superior (em valor absoluto) ao das BN, verifica-se a existência de tempestividade assimétrica, evidenciando conservadorismo contabilístico. Esta metodologia tornou-se uma das mais utilizadas na investigação contabilística, permitindo avaliar se as empresas, em geral, reconhecem de forma mais rápida as perdas do que os ganhos (García Lara *et al.*, 2014; Ruch & Taylor, 2015).

Contudo, diversos autores reconheceram limitações na aplicabilidade do modelo de Basu (1997), especialmente quando aplicado a contextos empresariais em que a informação económica não é refletida de forma imediata nos resultados contabilísticos. Tal acontece porque, em muitas situações, os efeitos económicos de um evento, por exemplo, uma perda de valor de um ativo, um decréscimo na procura ou uma alteração contratual desfavorável, só se traduzem em reconhecimento contabilístico em períodos subsequentes, devido às regras de prudência e verificabilidade. Assim, existe frequentemente um desfasamento temporal entre o momento em que o evento económico ocorre e o momento em que é reconhecido nas demonstrações financeiras.

Além disso, a medição da tempestividade proposta por Basu (1997) depende de variáveis externas, tradicionalmente os retornos de mercado, que representam a forma como o mercado incorpora novas informações económicas. No entanto, estas variáveis podem ser difíceis de observar ou pouco fiáveis em certos contextos, dado que os preços de mercado também refletem fatores alheios ao desempenho económico da empresa,

como especulação, choques macroeconómicos ou expectativas não fundamentadas (Ball & Shivakumar, 2005). Por conseguinte, em empresas de menor dimensão, com menor visibilidade pública ou não cotadas, a utilização do modelo de Basu (1997) pode revelar-se limitada, uma vez que não existem dados de mercado comparáveis ou suficientemente representativos.

Com o objetivo de colmatar essas limitações, Ball & Shivakumar (2005) desenvolveram um modelo alternativo para medir o conservadorismo contabilístico, aplicável a um conjunto mais amplo de empresas. Em vez de se basear em medidas externas de desempenho, este modelo centra-se na reação dos *accruals* face às variações do resultado contabilístico. Os autores argumentam que o conservadorismo pode ser observado através da reversão assimétrica dos *accruals*, dado que as perdas tendem a ser reconhecidas antecipadamente (*accruals* negativos), enquanto os ganhos são registados apenas quando se tornam efetivos. Assim, em vez de relacionar o resultado com retornos de mercado, Ball & Shivakumar (2005) analisam a relação entre resultados presentes e passados, incorporando uma variável binária que distingue períodos de boas e más notícias.

Esta abordagem representa uma mudança conceptual significativa relativamente a Basu (1997). Enquanto o modelo de Basu (1997) mede o conservadorismo como uma reação a eventos externos (notícias económicas), o modelo de Ball & Shivakumar (2005) interpreta-o como um mecanismo interno de relato, resultante das políticas de reconhecimento e mensuração adotadas pela gestão. O conservadorismo deixa, assim, de ser visto apenas como uma resposta às flutuações externas e passa a ser entendido como um comportamento endógeno da contabilidade, que reflete a prudência na elaboração das demonstrações financeiras (Beaver & Ryan, 2005; Ruch & Taylor, 2015).

Outra diferença relevante entre os dois modelos reside na interpretação da origem das assimetrias. No modelo de Basu, a assimetria surge da resposta do resultado às novas informações económicas (as chamadas “notícias”), enquanto no modelo de Ball & Shivakumar (2005) decorre do processo de reconhecimento contabilístico interno, especialmente da relação entre *accruals* e fluxos de caixa. Este último modelo permite, portanto, identificar o conservadorismo em diferentes tipos de empresas, independentemente da sua dimensão ou natureza de capital, dado que não depende de informação de mercado.

Adicionalmente, Ball & Shivakumar (2005) demonstram que as empresas tendem a apresentar níveis distintos de tempestividade no reconhecimento das perdas consoante o seu enquadramento institucional e regulamentar. Empresas sujeitas a maior escrutínio, por exemplo, devido à auditoria, ao financiamento bancário ou à necessidade de sinalizar credibilidade, tendem a adotar práticas contabilísticas mais prudentes. Assim, o conservadorismo contabilístico é influenciado por fatores como a estrutura de propriedade, a governação interna, a regulação e as características do ambiente económico (García Lara *et al.*, 2014; LaFond & Watts, 2008).

Em síntese, ambos os modelos partilham o mesmo princípio conceptual, o reconhecimento assimétrico de ganhos e perdas, mas diferem no método empírico, na fonte de informação utilizada e no enfoque da análise. O modelo de Basu (1997) analisa o conservadorismo através da tempestividade das perdas face às boas e más notícias económicas, enquanto o modelo de Ball & Shivakumar (2005) avalia a prudência contabilística com base nos *accruals* e nas variações internas do resultado.

Desta forma, este último modelo é mais abrangente e adequado para analisar o conservadorismo em empresas de diferentes dimensões e setores, onde a prudência contabilística continua a desempenhar um papel essencial na fiabilidade da informação financeira.

## **CAPÍTULO III – METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO**

---

### **3 Metodologias de Investigação**

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados ao longo da investigação para a obtenção de resultados. Inicialmente são expostos os objetivos do estudo e o enquadramento teórico que sustenta as hipóteses formuladas. Em seguida, detalham-se as etapas realizadas, desde a recolha dos dados até à amostra final. Por fim, são apresentados os modelos econométricos utilizados para fundamentar os resultados alcançados.

#### **3.1 Objetivos e hipóteses de estudo**

O objetivo geral do presente estudo consiste em analisar se as micro e PME's portuguesas, pertencentes ao setor tecnológico, apresentam práticas contabilísticas conservadoras face a empresas de outros setores de atividade, no período compreendido entre 2018 e 2023. A relevância desta análise decorre na crescente relevância da tecnologia no tecido empresarial e na sua potencial influência sobre a qualidade da informação financeira, em particular no conservadorismo contabilístico, caracterizado pela prudência e pelo reconhecimento assimétrico de ganhos e perdas.

De forma mais específica, o trabalho pretende avaliar se as micro e PME's portuguesas evidenciam, de modo geral, práticas conservadoras no relato financeiro, verificar se as empresas do setor tecnológico, pela sua propensão à inovação e à mudança, apresentam um nível inferior de conservadorismo contabilístico e compreender em que medida fenómenos externos relevantes, como a pandemia COVID-19, influenciaram a prática do conservadorismo contabilístico nas micro e PME's.

Com base na revisão de literatura e nos objetivos definidos, estabelecem-se as seguintes hipóteses de investigação:

#### **H1: As micro e PME's nacionais apresentam um relato contabilístico conservador.**

A primeira hipótese tem como base a literatura clássica sobre o conservadorismo contabilístico, que o identifica como uma prática prudencial fundamental para assegurar a fiabilidade da informação financeira (Basu, 1997; Watts, 2003).

O conservadorismo traduz-se na tendência para reconhecer perdas de forma mais célere do que ganhos, contribuindo para reduzir a assimetria de informação entre gestores

e investidores, aumentar a confiança dos *stakeholders* e diminuir o risco de litígios e de sobreavaliação de ativos (LaFond & Watts, 2008).

Em economias como a portuguesa, onde o financiamento das micro e PME's depende fortemente do setor bancário, é expectável que as empresas adotem práticas contabilísticas conservadoras como forma de sinalizar solidez e credibilidade aos credores e potenciais investidores (Moreira, 2006). Assim, assume-se que as micro e PME's portuguesas, de modo geral, apresentam um relato contabilístico prudente, refletindo uma gestão mais cautelosa face ao risco e à incerteza económica.

O teste empírico desta hipótese é realizado com base no modelo (1), derivado de Basu (1997), que permite avaliar a tempestividade assimétrica no reconhecimento de boas e más notícias. Um coeficiente  $\beta_3$  negativo e estatisticamente significativo confirmará a existência de conservadorismo contabilístico nas micro e PME's portuguesas, validando a hipótese H1.

## **H2: As empresas pertencentes ao setor tecnológico apresentam um relato contabilístico menos conservador.**

A segunda hipótese parte do pressuposto de que as empresas do setor tecnológico tendem a adotar práticas contabilísticas menos conservadoras face a empresas de outros setores. Tal deve-se às características específicas da atividade tecnológica, nomeadamente o elevado investimento em ativos intangíveis, a incerteza associada à inovação e a pressão para demonstrar crescimento contínuo.

De acordo com Barker & McGeachin (2015) e Penman & Zhang (2002), estas empresas podem privilegiar a relevância da informação sobre a prudência, reconhecendo ganhos de forma mais célere e adiando o reconhecimento de perdas, o que se traduz num menor conservadorismo condicional. Adicionalmente, a necessidade de atrair investidores e demonstrar desempenho positivo pode levar a um relato contabilístico menos prudente (Ball & Shivakumar, 2005).

Para testar esta hipótese, o estudo recorre ao modelo (2), que inclui a variável *Tech*, uma *dummy* que identifica as empresas do setor tecnológico. Um coeficiente  $\beta_7$  positivo e estatisticamente significativo indicará que estas empresas apresentam menor nível de conservadorismo contabilístico, confirmando a hipótese H2.

### **H3: As características internas das micro e PME's do setor tecnológico, como a dimensão e o endividamento influenciam na prática do conservadorismo.**

A terceira hipótese visa analisar se características internas das empresas, nomeadamente a dimensão (logaritmo do ativo total) e o nível de endividamento (passivo/ativo), influenciam a prática do conservadorismo contabilístico.

A literatura identifica a dimensão da empresa como um dos principais determinantes do conservadorismo (García Lara *et al.*, 2014; Watts, 2003). Empresas maiores tendem a estar mais expostas ao escrutínio público e à regulação, o que pode levá-las a adotar políticas contabilísticas mais prudentes para proteger a sua reputação e reduzir riscos de litígio. Por outro lado, empresas de menor dimensão podem apresentar menor conservadorismo devido à menor visibilidade e à maior flexibilidade na gestão do resultado.

Relativamente ao endividamento, espera-se que empresas mais alavancadas adotem práticas mais conservadoras para reforçar a confiança dos credores, uma vez que o conservadorismo melhora a qualidade da informação financeira e reduz a perceção de risco (Lafond & Roychowdhury, 2008; Pereira *et al.*, 2023).

Para testar esta hipótese, o modelo (3) inclui as variáveis de controlo *Dimensão* (logaritmo do ativo total) e *Endividamento* (passivo/ativo), de modo a verificar se estas características explicam parte da variação observada no conservadorismo. A significância estatística e o sinal dos coeficientes  $\beta_8$  e  $\beta_9$  permitirão avaliar se a dimensão e o endividamento condicionam o nível de prudência contabilística, confirmando ou refutando a hipótese H3.

## **3.2 Seleção de Dados e Amostra**

A população-alvo do estudo corresponde às micro e PME's portuguesas do setor tecnológico ativas no período de 2018 a 2023. A escolha deste intervalo temporal justifica-se por duas razões principais: por um lado, abrange um período suficientemente alargado para permitir uma análise comparativa robusta; por outro lado, inclui o período

marcado pela pandemia COVID-19, que constituiu um choque económico relevante e poderá ter alterado os padrões de relato contabilístico.

A recolha de dados será efetuada através do SABI, uma base amplamente utilizada em estudos empíricos nacionais e internacionais para a análise económico-financeira de empresas. Este sistema disponibiliza informação detalhada sobre as demonstrações financeiras de empresas portuguesas, possibilitando a obtenção das variáveis necessárias ao cálculo das *proxies* de conservadorismo.

De forma a garantir a consistência e representatividade da amostra, foram definidos os seguintes critérios de seleção:

1. Inclusão de empresas classificadas, de acordo com a legislação europeia e nacional aplicável.
2. Identificação das empresas do setor tecnológico, através do CAE, de modo a permitir a comparação entre estas e empresas de outros setores.
3. Exclusão das empresas pertencentes ao setor financeiro e segurador, devido às suas especificidades contabilísticas e regulamentares, que poderiam enviesar os resultados.
4. Seleção de empresas com dados anuais completos no período em análise, de forma a permitir a aplicação de modelos econométricos com dados em painel.

Após a aplicação destes critérios, será definida a amostra final, composta por observações empresa-ano que garantam robustez à análise.

### **3.3 Modelos econométricos**

Para alcançar os objetivos definidos, será adotada uma abordagem quantitativa, com recurso a modelos econométricos aplicados a dados em painel. Esta metodologia permite explorar a variação temporal entre empresas, proporcionando uma análise mais robusta e consistente do fenómeno em estudo.

O conservadorismo contabilístico será aferido com base no modelo desenvolvido por Basu (1997), posteriormente adaptado por Ball & Shivakumar (2005). Este modelo tem sido amplamente utilizado na literatura para avaliar o conservadorismo condicional,

captando a assimetria no reconhecimento dos resultados, isto é, a maior tempestividade no reconhecimento das MN em comparação com as BN.

Complementarmente, serão consideradas variáveis de controlo tradicionalmente apontadas pela literatura como influenciadoras do conservadorismo, nomeadamente a dimensão da empresa, a rentabilidade, o nível de endividamento e o setor de atividade. A inclusão destas variáveis permitirá isolar com maior precisão o efeito do setor tecnológico sobre o conservadorismo contabilístico.

Desta forma, o modelo econométrico permitirá testar as hipóteses de investigação formuladas, fornecendo evidência empírica sobre o impacto do setor tecnológico no conservadorismo contabilístico das micro e PME's portuguesas no período em análise.

Para testarmos a hipótese H1 é feita uma análise quantitativa através da seguinte regressão econométrica estimada com dados em painel usando efeitos fixos/aleatórios após a realização do teste de *Hausman*:

$\Delta RL_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \Delta RL_{i,t-1} + \beta_2 \Delta NRL_{i,t-1} + \beta_3 \Delta RL_{i,t-1} \times \Delta NRL_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t}$	Modelo (1)
--	------------

Onde,

$\Delta RL_{i,t}$  : variação do resultado líquido da empresa i, do ano t-1 para o ano t ajustada pelo valor do ativo total do início do ano t;

$\Delta RL_{i,t-1}$  : variação do resultado líquido da empresa i, do ano t-2 para o ano t-1 ajustada pelo valor do ativo total do início do ano t-1;

$\Delta NRL_{i,t-1}$  : é uma variável *dummy* que assume o valor de 1 quando o resultado líquido do período anterior é negativo;

$\varepsilon_{i,t}$  são os resíduos de estimação.

A H<sub>1</sub> é validade e o relato contabilístico conservador se  $\beta_3 < 0$  e

$\Delta RL_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \Delta RL_{i,t-1}$ $+ \beta_2 \Delta NRL_{i,t-1} + \beta_3 \Delta RL_{i,t-1} \times \Delta NRL_{i,t-1} + \beta_4 Tech_{i,t-1}$ $+ \beta_5 \Delta RL_{i,t-1} \times Tech_{i,t-1} +$ $\beta_6 \Delta NRL_{i,t-1} \times Tech_{i,t-1} + \beta_7 \Delta RL_{i,t-1} \times \Delta NRL_{i,t-1} \times \Delta Tech_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t}$	Modelo (2)
---	------------

*Tech*, é uma variável *dummy* como valor 1 se a empresa pertencer ao setor tecnológico, CAE 62010 – Atividades de programação informática, CAE 62020 – Atividades de consultoria em informática, CAE 62030 - Gestão e exploração de equipamento informático, CAE 62090 – Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática, CAE 63110 - Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas e CAE 63120 - Portais Web. O sinal esperado é positivo, pois mais tecnologia implica mais inovação e menos conservadorismo.

Assim, se  $\beta_7 > 0$ , o setor tecnológico diminui o conservadorismo contabilístico, sendo que a  $H_2$  é suportada.

$\Delta RL_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \Delta RL_{i,t-1}$ $+ \beta_2 \Delta NRL_{i,t-1} + \beta_3 \Delta RL_{i,t-1} \times \Delta NRL_{i,t-1} + \beta_4 Tech_i$ $+ \beta_8 Dimensão_{it} + \beta_9 Endividamento_{it} + x_t + \alpha_t + \varepsilon_{i,t}$	Modelo (3)
---	------------

Onde,

$Dimensão_{it}$  : logaritmo do ativo total

$Endividamento_{it}$  : Passivo/Ativo

$x$  : efeitos fixos do ano

$\alpha$  : efeitos fixos não observáveis da empresa

Relativamente a  $H_3$  será validada se os coeficientes da dimensão e da dívida forem significativos. De acordo com Wali (2015), o endividamento está positivamente associado às reavaliações, pois tendem a proporcionar melhores condições, levando a um

aumento na capacidade de endividamento. Consistentemente, Nijam (2018) demonstra que as entidades com maior alavancagem financeira e menor liquidez são menos conservadoras.

Relativamente à dimensão, Laridis & Kilirgiotis (2012) argumentam que, quando as empresas pretendem reduzir os custos políticos, a possibilidade de optar pela reavaliação dos seus ativos, sendo menos conservadoras, está positivamente associada ao tamanho da empresa. Deste modo, espera-se um sinal positivo para os coeficientes de  $\beta_8$  e  $\beta_9$ .

## **CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

## 4 Apresentação e Discussão dos Resultados

### 4.1 Estatística Descritiva

Este capítulo apresenta e discute os resultados empíricos obtidos a partir da aplicação do modelo Ball & Shivakumar (2005) às micro e PME's portuguesas, no período de 2018 a 2023. O objetivo é testar as hipóteses formuladas no capítulo anterior, avaliando a presença de conservadorismo contabilístico condicional e o papel do setor tecnológico e das características internas das empresas (dimensão e endividamento).

A tabela 2 expõe as estatísticas descritivas das variáveis principais, a variação do resultado líquido ajustado pelo ativo ( $\beta_2$ ), a *dummy* de resultado negativo no período anterior ( $RL_{NEG}$ ), o facto de pertencer ao setor tecnológico (Tech), a dimensão ( $\beta_8$ ) e o endividamento ( $\beta_9$ ).

**Tabela 2** - Estatística Descritiva (média, mediana, máximo, mínimo, desvio padrão e observações)

	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio padrão	Obs
$\beta_2$	-0.0035309	0	1437.45542	-927.51097	13.9673626	16821
$\beta_8$	188795.613	76416.095565	9610651.71	0	496586.623	15630
$\beta_9$	3.60019700	0.54545315	30599.0936	0	263.331507	15907

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados (2018-2023)

Observa-se que a média de  $\Delta RL/ATIVO$  é ligeiramente negativa (aproximadamente  $-0,0036$ ), com amplitude muito elevada (mínimo  $\approx -927,5$ ; máximo  $\approx 1437,5$ ) e desvio-padrão expressivo ( $\approx 13,9$ ), evidenciando forte heterogeneidade no desempenho das micro e PME's.

A variável  $\beta_8$  apresenta uma média de aproximadamente 188796 euros, com valores mínimos de 0 euros e máximos superiores a 9,6 milhões de euros, revelando uma ampla dispersão (desvio-padrão de cerca de 496586). Estes valores evidenciam fortes diferenças de escala entre as empresas analisadas, o que é expectável dada a diversidade de dimensões das micro e PME's incluídas na amostra.

No caso da variável  $\beta_9$ , observa-se uma média de cerca de 3.6, um mínimo de 0 e um máximo de 30599, com desvio-padrão de aproximadamente 263,3. Esta variação expressiva confirma a heterogeneidade das estruturas financeiras, refletindo empresas com perfis de endividamento muito distintos, algumas mais conservadoras e outras mais dependentes de financiamentos externos.

A análise dos valores de assimetria mostra distribuições não simétricas, com a variável  $\beta_9$  a revelar assimetria positiva acentuada (105,45), o que reforça a presença de observações extremas. A presença de dispersão elevada e não normalidade justifica o uso de efeitos fixos e erros-padrão robustos, assegurando a consistência das estimativas.

A tabela 3, que mostra a matriz de correlações de *Pearson*.

**Tabela 3 - Matriz de correlações de Pearson**

	$\beta_1$	$\beta_2$	$\beta_3$	$\beta_7$	$\beta_8$	$\beta_9$
$\beta_1$	1					
$\beta_2$	-0.0052629	1				
$\beta_3$	0.2974114	-0.0136517	1			
$\beta_7$	0.00063463	0.01453217	0.00219277	1		
$\beta_8$	0.00033050	-0.0091332	0.00297572	-0.0063167	1	
$\beta_9$	-0.3283992	-0.0042392	-0.0937352	$-9.9451217 \times 10^{-7}$	-0.0043982	1

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados (2018-2023)

As correlações simples entre as variáveis independentes indicam ausência de multicolinearidade, uma vez que todas as correlações se situam abaixo de 0,30. Observa-se uma correlação positiva entre  $RL_{NEG} \times \Delta RL / ATIVO$  e a variável dependente (0,297), com probabilidade associada igual a 0,000, o que confirma a relação significativa entre estas variáveis e antecipa o sinal positivo do coeficiente  $\beta_3$  nos modelos de regressão.

As variáveis  $\beta_7$  ( $Tech \times RL_{NEG} \times \Delta RL / ATIVO$ ) e  $\beta_8$  ( $TOTAL\_ATIVO$ ) apresentam correlações muito reduzidas com a variável dependente (0,0006 e 0,0003, respetivamente), sugerindo que os efeitos do setor e da dimensão são marginais.

A variável  $\beta_9$  ( $DIVIDA$ ) apresenta uma correlação negativa de  $-0,328$  com a variação do resultado, indicando que maior endividamento tende a associar-se a variações

menos favoráveis do resultado ajustado, o que é consistente com a teoria do conservadorismo contratual.

As probabilidades associadas às correlações são, na maioria, superiores a 0,05, exceto nas relações envolvendo a interação  $\beta_3$  ( $RL_{NEG} \times \Delta RL / ATIVO$ ), o que reforça a ideia de que a principal fonte de explicação estatística provém da variável de interação ligada às perdas anteriores, e não das características estruturais das empresas.

Notas metodológicas sob a tabela 3 indica que, após o teste de Hausman, a hipótese nula não foi rejeitada, recomendando o uso de efeitos fixos. Essa decisão é coerente com Ball e Shivakumar (2005), que argumentam que diferenças não observáveis entre empresas (por exemplo, políticas internas de relato) devem ser tratadas como constantes no tempo.

## 4.2 Regressão econométrica

A estimação foi realizada usando efeitos fixos na estimação da regressão com dados em painel após ter sido efetuado o teste de Hausman, rejeitando a Hipótese 0. O modelo segue Ball e Shivakumar (2005), em que o coeficiente  $\beta_3$  representa o grau de conservadorismo condicional, a assimetria na tempestividade do reconhecimento de boas e más notícias. O modelo geral é expresso como:

$$\Delta RL_t = \beta_0 + \beta_1 \times RL_{NEG_{t-1}} + \beta_2 \times \Delta RL_{t-1} + \beta_3 \times (RL_{NEG_{t-1}} \times \Delta RL_{t-1}) + \mu_i + \tau_t + \varepsilon_{it}$$

onde  $\mu_i$  e  $\tau_t$  representam efeitos fixos de empresa e de tempo, respetivamente.

→ Hipótese 1

**Tabela 4 - Resultados da regressão (Hipótese 1)**

	Estimativa	Erro Padrão	Valor t	p-value	Nível de Significância
$\beta_0$	0.085943	0.113527	0.7570301	0.4490	
$\beta_1$	0.014118	0.251296	0.056182	0.9552	
$\beta_2$	-0.488949	0.006653	-73.48904	0.0000	***
$\beta_3$	2.626131	0.024465	107.3420	0.0000	***
<b>Valor Estatística F = 5.520057; Prob (Estatística F) = 0.000000; R<sup>2</sup> = 0.525609; R<sup>2</sup><sub>ajustado</sub> = 0.430391</b>					

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados (2018-2023)

Nota: \*\*\* nível de significância a 1%, \*\* nível de significância a 5%, \* nível de significância a 10%

Na hipótese 1, observa-se que o coeficiente  $\beta_3$  ( $RL_{NEG} \times \Delta RL / ATIVO$ ) é positivo e altamente significativo ( $p < 0,001$ ). Este resultado indica ausência de conservadorismo condicional, isto é, as micro e PME's portuguesas reconhecem mais rapidamente as boas notícias do que as más, contrariando a prudência contabilística esperada. Assim, a hipótese  $H_1$  não é confirmada.

O coeficiente  $\beta_2$  ( $\Delta RL / ATIVO$ ) apresenta um valor de  $-0,488949$ , sendo estatisticamente significativo ( $p = 0,000$ ). O sinal negativo indica a existência de reversão parcial dos resultados (*mean reversion*), ou seja, valores de resultado elevados num período tendem a ser seguidos por reduções no período seguinte. Este comportamento é coerente com Ball e Shivakumar (2005), que afirmam que o ajustamento natural dos resultados das empresas se verifica em períodos consecutivos.

Já o coeficiente  $\beta_1$  ( $RL_{NEG}$ ) assume o valor de  $0,014118$ , mas não é estatisticamente significativo ( $p = 0,955$ ), sugerindo que resultados negativos prévios não exercem impacto direto na variação do resultado líquido ajustado. Assim, os efeitos das perdas anteriores manifestam-se apenas através do termo de interação ( $\beta_3$ ), e não de forma isolada.

O coeficiente de determinação do modelo ( $R^2$ ) é de  $0,5256$ , enquanto o  $R^2$  ajustado atinge  $0,4304$ , indicando que cerca de 43% da variação da variável dependente é

explicada pelas variáveis incluídas no modelo, o que revela um nível de ajustamento satisfatório tendo em conta a natureza dos dados em painel e a diversidade das empresas analisadas.

O teste F apresenta valor de 5,520057, com Prob(F)=0,0000, o que confirma a significância estatística global do modelo e a adequação das variáveis explicativas na determinação da variação do resultado ajustado.

O estatístico de *Durbin-Watson* (1,2586) indica a presença de ligeira autocorrelação positiva dos resíduos, fenómeno comum em séries financeiras, o que justifica o uso de erros-padrão robustos para assegurar a consistência das estimativas.

Estes resultados, em conjunto, confirmam a robustez e fiabilidade do modelo estimado, permitindo interpretar com confiança o significado dos coeficientes.

## → Hipótese 2

**Tabela 5 - Resultados da regressão (Hipótese 2)**

	<b>Estimativa</b>	<b>Erro Padrão</b>	<b>Valor t</b>	<b>p-value</b>	<b>Nível de Significância</b>
$\beta_0$	0.086411	0.114653	0.753668	0.4511	
$\beta_1$	-0.488949	0.006654	-73.47998	0.0000	***
$\beta_2$	0.014544	0.253751	0.057316	0.9543	
$\beta_3$	2.626142	0.024468	107.3287	0.0000	***
$\beta_4$	-0.021624	0.901016	-0.024000	0.9809	
$\beta_6$	0.002184	1.764700	0.001238	0.9990	
$\beta_7$	-2.567540	11.08631	-0.231595	0.8169	
<b>Valor Estatística F = 5.511865; Prob (Estatística F) = 0.000000; R<sup>2</sup> = 0.525611; R<sup>2</sup><sub>ajustado</sub> = 0.430251</b>					

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados (2018-2023)

Nota: \*\*\* nível de significância a 1%, \*\* nível de significância a 5%, \* nível de significância a 10%

Na hipótese 2, introduz-se a variável  $\beta_4$  (Tech) e as suas interações  $\beta_6$  (Tech $\times$ RL<sub>NEG</sub>) e  $\beta_7$  (Tech $\times$ RL<sub>NEG</sub> $\times$  $\Delta$ RL/ATIVO). O coeficiente  $\beta_3$  mantém-se positivo e altamente significativo ( $p < 0,001$ ), reforçando a conclusão de ausência de conservadorismo contabilístico, tal como no modelo anterior.

As variáveis associadas ao setor tecnológico,  $\beta_4$  apresenta um coeficiente negativo de  $-0,021624$  ( $p = 0,9809$ ),  $\beta_6$  apresenta um coeficiente positivo de  $0,002184$  ( $p=0,9990$ ) e  $\beta_7$  um coeficiente negativo de  $-2,567540$  ( $p = 0,8169$ ). Concluimos assim que nenhuma variável introduzida nesta hipótese estatisticamente significativa.

Estes resultados indicam que as empresas do setor tecnológico não diferem significativamente das restantes no que respeita à tempestividade do reconhecimento de resultados, ou seja, o comportamento contabilístico das empresas tecnológicas é semelhante ao das demais micro e PME's portuguesas.

Assim, a hipótese  $H_2$  não é confirmada, embora o sinal positivo sugira uma ligeira tendência para menor prudência, coerente com a natureza inovadora e arriscada do setor.

O coeficiente de determinação ( $R^2$ ) mantém-se em  $0,5256$ , enquanto o  $R^2$  ajustado é de  $0,4303$ , valores praticamente idênticos aos observados no modelo anterior, confirmando que a introdução da variável de setor não aumentou substancialmente o poder explicativo do modelo.

O teste F global apresenta o valor de  $5,511865$ , com  $\text{Prob}(F)=0,0000$ , o que confirma a significância estatística conjunta das variáveis incluídas e a adequação da regressão estimada.

O estatístico de Durbin-Watson ( $1,2586$ ) mantém-se praticamente inalterado, continuando a indicar ligeira autocorrelação positiva dos resíduos, o que justifica o uso de erros-padrão robustos.

Tendo em consideração os resultados da tabela 5 reforça que, após a realização do teste de Hausman, a hipótese nula não foi rejeitada, pelo que se manteve a opção por efeitos fixos, assegurando a comparabilidade entre modelos e a consistência das estimativas obtidas.

→ Hipótese 3

*Tabela 6 - Resultados da regressão (Hipótese 3)*

	Estimativa	Erro Padrão	Valor t	p-value	Nível de Significância
$\beta_0$	0.091825	0.173665	0.528747	0.5970	
$\beta_1$	-0.428878	0.007219	-59.41155	0.0000	***
$\beta_2$	0.052258	0.268376	0.194720	0.8456	
$\beta_3$	2.565301	0.024939	102.8643	0.0000	***
$\beta_4$	-0.013434	0.938634	-0.014312	0.9886	
$\beta_6$	-0.037517	1.848323	-0.020298	0.9838	
$\beta_7$	-2.546309	11.24082	-0.226523	0.8208	
$\beta_8$	-2.77 x 10 <sup>-7</sup>	6.71 x 10 <sup>-7</sup>	-0.412946	0.6797	
$\beta_9$	0.009967	0.000411	24.24189	0.0000	***
<b>Valor Estatística F = 5.687921; Prob (Estatística F) = 0.000000; R<sup>2</sup> = 0.552227; R<sup>2</sup>ajustado = 0.455140</b>					

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados (2018-2023)

Nota: \*\*\* nível de significância a 1%, \*\* nível de significância a 5%, \* nível de significância a 10%

A hipótese 3 inclui as variáveis de controlo  $\beta_8$ , DIMENSÃO, (TOTAL\_ACTIVIVO) e  $\beta_9$ , DIVIDA. O coeficiente  $\beta_3$  continua positivo e significativo ( $p < 0,001$ ), confirmando a ausência de conservadorismo contabilístico e a não validação da  $H_1$ .

A variável  $\beta_9$  apresenta um coeficiente positivo de 0,009967, sendo estatisticamente significativa ( $p = 0,0000$ ). Este resultado indica que empresas com níveis de endividamento mais elevados tendem a registar maior variação futura do resultado ajustado, sugerindo a presença de um efeito disciplinador da dívida. Tal comportamento pode dever-se à maior pressão contratual exercida pelos credores, que leva as empresas a um reconhecimento mais tempestivo dos resultados, em conformidade com as restrições financeiras impostas.

Esta conclusão está de acordo com Beaver & Ryan (2005), que defendem que o endividamento exerce influência direta sobre o grau de conservadorismo e sobre a qualidade do relato financeiro. Assim, verifica-se que a estrutura de capital desempenha

um papel relevante na prática contabilística das PME portuguesas, reforçando parcialmente a  $H_3$ .

Já a variável  $\beta_8$  apresenta um coeficiente negativo de  $-2,77 \times 10^{-7}$ , com p-value de 0,6797, o que demonstra que não é estatisticamente significativa. Este resultado indica que o tamanho da empresa não exerce influência robusta sobre o grau de conservadorismo contabilístico, corroborando a ideia de que o comportamento prudencial das micro e PME's não depende diretamente da sua dimensão.

Assim, a hipótese  $H_3$  é parcialmente confirmada, uma vez que o endividamento (DIVIDA) se revelou relevante e com sinal positivo, enquanto a dimensão não apresentou efeito estatisticamente significativo.

O  $R^2$  ajustado (0,4551) reforça a estabilidade e o poder explicativo moderado do modelo, mostrando uma ligeira melhoria face aos modelos anteriores. O estatístico de Durbin-Watson (1,2861) mantém-se próximo dos valores previamente observados, indicando ligeira autocorrelação positiva, e o teste F global (5,687921; Prob(F)=0,0000) confirma a significância estatística do modelo.

De acordo com os resultados da tabela 6, os erros-padrão foram estimados de forma robusta, assegurando a validade e consistência dos testes t e F e, conseqüentemente, a fiabilidade das conclusões obtidas.



## 5 Conclusão

### 5.1 Principais Conclusões

O presente estudo teve como objetivo analisar se as micro e PME's portuguesas do setor tecnológico apresentam um grau de conservadorismo contabilístico distinto em relação às restantes empresas, bem como avaliar a influência de características internas, nomeadamente o endividamento e a dimensão, sobre a prática do conservadorismo. Para tal, foram aplicados os modelos propostos por Basu (1997), atualizado por Ball & Shivakumar (2005), amplamente utilizados na literatura internacional, adaptados ao contexto das empresas portuguesas e aos dados relativos ao período 2018–2023.

Esta conclusão decorre da significância e sinal dos coeficientes obtidos no modelo de Ball & Shivakumar (2005), em particular do termo de interação  $\beta_3$ , que, apesar de apresentar valor positivo, os resultados mostram que as micro e PME's portuguesas tendem a não ser conservadoras em termos contabilísticos. Tal pode dever-se ao facto destas empresas terem resultados muito baixos, em média com variações negativas e, por conseguinte, tendem a ter uma motivação para melhorar os seus resultados.

Este resultado está em conformidade com a definição clássica de conservadorismo apresentada por Basu (1997), que o caracteriza como o reconhecimento assimétrico de boas e más notícias, e é consistente com a perspetiva contratual de Watts (2003), que associa o conservadorismo à mitigação de conflitos entre gestores e credores, e com LaFond & Watts (2008), que destacam o seu papel na redução da assimetria de informação.

A justificação das PME's não serem conservadoras pode estar associada à motivação de não apresentarem resultados mais penalizadores, nomeadamente no que se refere às condições de acesso a crédito adicional junto das instituições financeiras.

No contexto nacional, caracterizado por um tecido empresarial dominado por micro e PME's e por um sistema financeiro fortemente financiado pela banca, o conservadorismo assume uma função essencial de sinalização da fiabilidade da informação financeira. Esta evidência empírica alinha-se com os resultados de Moreira (2006), que identificaram práticas conservadoras nas empresas portuguesas, motivadas por constrangimentos de financiamento e por uma cultura contabilística de prudência.

No que respeita à hipótese H<sub>2</sub>, que procurava verificar se as empresas do setor tecnológico apresentavam menor conservadorismo, os resultados obtidos não evidenciam diferenças estatisticamente significativas face aos restantes setores. As variáveis  $\beta_4$ ,  $\beta_6$  e  $\beta_7$  apresentaram coeficientes com p-value entre 0,81 e 0,98, não atingindo significância estatística.

A hipótese H<sub>3</sub> foi parcialmente confirmada. A variável  $\beta_9$  apresentou coeficiente positivo e altamente significativo ( $p < 0,001$ ), evidenciando que empresas mais endividadas tendem a demonstrar maior prudência contabilística. Este resultado é coerente com a teoria de Beaver & Ryan (2005) e LaFond & Roychowdhury (2008), segundo a qual a dívida atua como um mecanismo disciplinador, obrigando as empresas a reconhecer tempestivamente perdas para evitar o incumprimento contratual.

Por outro lado, a variável  $\beta_8$  não se revelou estatisticamente significativa ( $p = 0,68$ ), o que sugere que o tamanho da empresa não exerce influência relevante sobre o conservadorismo. Tal facto pode dever-se à relativa homogeneidade estrutural das micro e PME's portuguesas e à ausência de pressões de mercado comparáveis às empresas cotadas, onde a dimensão está mais associada à transparência e ao escrutínio público (Basu, 2005).

De forma geral, pode concluir-se que o conservadorismo contabilístico se mantém uma prática relevante entre as micro e PME's portuguesas, independentemente do setor de atividade, funcionando como um instrumento de prudência, credibilidade e mitigação de risco informacional. Os resultados obtidos reforçam o papel do conservadorismo como mecanismo de governação e sinalização financeira, em linha com a literatura teórica e empírica internacional, demonstrando a importância contínua da prudência contabilística num contexto económico em transformação e crescente digitalização.

## **5.2 Limitações no Estudo**

Tal como em outros estudos de natureza empírica, este trabalho apresenta limitações de âmbito e metodologia.

Em primeiro lugar, a amostra baseia-se em empresas registadas no SABI, o que restringe o universo analisado e pode limitar a generalização dos resultados a todo o tecido empresarial português.

Em segundo lugar, a análise foi realizada para o período 2018–2023, o que coincide com a pandemia de COVID-19 e potenciais efeitos conjunturais que poderão ter influenciado o comportamento contabilístico das micro e PME's.

Além disso, as variáveis explicativas utilizadas (nomeadamente dimensão e dívida) captam apenas parte dos fatores estruturais que influenciam o conservadorismo, podendo outros elementos, como a governação corporativa, a qualidade da auditoria ou o perfil do gestor, desempenhar um papel relevante.

Por fim, o uso de modelos lineares de regressão com efeitos fixos assume relações estáveis ao longo do tempo, o que pode simplificar dinâmicas setoriais mais complexas.

### **5.3 Sugestões para Estudos Futuros**

Para investigações futuras, sugere-se aprofundar a análise setorial do conservadorismo contabilístico, incluindo outras indústrias intensivas em ativos intangíveis, como os serviços de informação, biotecnologia ou energia verde, comparando-as com setores mais tradicionais.

Outra via de pesquisa promissora seria integrar variáveis qualitativas, como a presença de auditores externos, a adoção de práticas de sustentabilidade ou o nível de digitalização, que podem influenciar o grau de prudência contabilística.

Adicionalmente, recomenda-se a extensão temporal da amostra para períodos pós-2023, a fim de avaliar os efeitos da recuperação económica e da transição digital sobre o comportamento conservador das micro e PME's portuguesas.

Por último, seria relevante explorar a relação entre conservadorismo e desempenho financeiro futuro, testando se as empresas mais conservadoras apresentam maior estabilidade e resiliência face a choques económicos, contribuindo para uma compreensão mais ampla da relevância do conservadorismo no contexto da economia digital.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

## 6 Referências Bibliográficas

- André, P., Filip, A., & Paugam, L. (2015). The Effect of Mandatory IFRS Adoption on Conditional Conservatism in Europe. *Journal of Business Finance & Accounting*, 42(3–4), 482–514. <https://doi.org/10.1111/jbfa.12105>
- Ball, R. (2001). Infrastructure Requirements for an Economically Efficient System of Public Financial Reporting and Disclosure. *Brookings-Wharton Papers on Financial Services*, 2001(1), 127–169.
- Ball, R., Kothari, S. P., & Robin, A. (2000). The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 29(1), 1–51. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(00\)00012-4](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(00)00012-4)
- Ball, R., & Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: Comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 83–128. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.04.001>
- Banimahd, B., & Aliabadi, M. J. (2013). A study on relationship between earnings management and operating cash flows management: Evidence from Tehran Stock Exchange. Em *Management Science Letters* (Vol. 3, pp. 1677–1682).
- Barker, R., & McGeachin, A. (2015). An Analysis of Concepts and Evidence on the Question of Whether IFRS Should be Conservative. *Abacus*, 51(2), 169–207. <https://doi.org/10.1111/abac.12049>
- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 24(1), 3–37. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(97\)00014-1](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(97)00014-1)
- Basu, S. (2005). Discussion of “Conditional and Unconditional Conservatism: Concepts and Modeling”. Em *Review of Accounting Studies* (Vol. 10, pp. 311–321).

- Beaver, W. H., & Ryan, S. G. (2005). Conditional and Unconditional Conservatism: Concepts and Modeling. *Em Review of Accounting Studies* (Vol. 10, pp. 269–309).
- Biddle, G. C., Ma, M. L. Z., & Song, F. M. (2022). Accounting Conservatism and Bankruptcy Risk. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 37(2), 295–323. <https://doi.org/10.1177/0148558X20934244>
- Black, D. E., Pierce, S., & Thomas, W. B. (2021). *A Test of Income Smoothing Using Pseudo Fiscal Years* (SSRN Scholarly Paper No. 3026235). Social Science Research Network. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3026235>
- Bliss, J. H. (1924). *Management Through Accounts*. Ronald Press Company. <https://books.google.pt/books?id=7FPZAAAAMAAJ>
- Cascino, S., Clatworthy, M., García Osma, B., Gassen, J., Imam, S., & Jeanjean, T. (2014). Who Uses Financial Reports and for What Purpose? Evidence from Capital Providers. *Accounting in Europe*, 11(2), 185–209. <https://doi.org/10.1080/17449480.2014.940355>
- Cerqueira, A., & Pereira, C. (2020). The Effect of Economic Conditions on Accounting Conservatism under IFRS in Europe. *Review of Economic Perspectives*, 20(2), 137–169. <https://doi.org/10.2478/revecp-2020-0007>
- Coelho, A. C., & Lima, I. S. (2007). Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18, 38–49. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000400004>
- Corina, M., & Miculescu, M. N. (2012). *Quality of accounting information to optimize the decisional process* (pp. 694–700). *Annals of the University of Oradea, Economic Science Series*.

- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2–3), 344–401. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>
- Dechow, P. M., Hutton, A. P., Kim, J. H., & Sloan, R. G. (2012). Detecting Earnings Management: A New Approach. *Journal of Accounting Research*, 50(2), 275–334. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2012.00449.x>
- Emmanuel Iatridis, G., & Kilirgiotis, G. (2012). Incentives for fixed asset revaluations: The UK evidence. *Journal of Applied Accounting Research*, 13(1), 5–20.
- Francis, B., Hasan, I., & Wu, Q. (2013). The Benefits of Conservative Accounting to Shareholders: Evidence from the Financial Crisis. *Accounting Horizons*, 27(2), 319–346. <https://doi.org/10.2308/acch-50431>
- Francis, J., Schipper, K., & Vincent, L. (2003). The Relative and Incremental Explanatory Power of Earnings and Alternative (to Earnings) Performance Measures for Returns. *Contemporary Accounting Research*, 20(1), 121–164. <https://doi.org/10.1506/XVQV-NQ4A-08EX-FC8A>
- García Lara, J. M., García Osma, B., & Penalva, F. (2014). Information Consequences of Accounting Conservatism. *European Accounting Review*, 23(2), 173–198. <https://doi.org/10.1080/09638180.2014.882263>
- Givoly, D., & Hayn, C. (2000). The changing time-series properties of earnings, cash flows and accruals: Has financial reporting become more conservative? *Journal of Accounting and Economics*, 29(3), 287–320. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(00\)00024-0](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(00)00024-0)
- Guay, W., & Verrecchia, R. (2006). Discussion of an economic framework for conservative accounting and Bushman and Piotroski (2006). *Journal of*

*Accounting and Economics*, 42(1), 149–165.

<https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2006.03.003>

- Guimarães, J. (2000). *O Sistema Contabilístico e Fiscal Português*. Vislis Editores.
- Ishida, S., & Ito, K. (2014). The Effect of Accounting Conservatism on Corporate Investment Behavior. Em K. Ito & M. Nakano (Eds.), *International Perspectives on Accounting and Corporate Behavior* (pp. 59–80). Springer Japan.  
[https://doi.org/10.1007/978-4-431-54792-1\\_3](https://doi.org/10.1007/978-4-431-54792-1_3)
- Jackson, S. B. (2008). The Effect of Firms' Depreciation Method Choice on Managers' Capital Investment Decisions. *The Accounting Review*, 83(2), 351–376.  
<https://doi.org/10.2308/accr.2008.83.2.351>
- Jacob, J., & Jorgensen, B. N. (2007). Earnings management and accounting income aggregation. *Journal of Accounting and Economics*, 43(2), 369–390.  
<https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2007.01.007>
- Lafond, R., & Roychowdhury, S. (2008). Managerial Ownership and Accounting Conservatism. *Journal of Accounting Research*, 46(1), 101–135.  
<https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2008.00268.x>
- LaFond, R., & Watts, R. L. (2008). The Information Role of Conservatism. *The Accounting Review*, 83(2), 447–478. <https://doi.org/10.2308/accr.2008.83.2.447>
- Lara, J. M. G., Osma, B. G., & Penalva, F. (2009). The Economic Determinants of Conditional Conservatism. *Journal of Business Finance & Accounting*, 36(3–4), 336–372. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5957.2008.02122.x>
- Laux, V., & Ray, K. (2020). Effects of accounting conservatism on investment efficiency and innovation. *Journal of Accounting and Economics*, 70(1), 101319.  
<https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2020.101319>

- Lennox, C., Wu, X., & Zhang, T. (2016). The effect of audit adjustments on earnings quality: Evidence from China. *Journal of Accounting and Economics*, 61(2), 545–562. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2015.08.003>
- Leuz, C., Nanda, D., & Wysocki, P. D. (2003). Earnings management and investor protection: An international comparison. *Journal of Financial Economics*, 69(3), 505–527. [https://doi.org/10.1016/S0304-405X\(03\)00121-1](https://doi.org/10.1016/S0304-405X(03)00121-1)
- Li, C.-W., & Chao, Y.-Y. (2020). The effect of auditing assurance levels on accounting conservatism: Evidence from Taiwan. Em *International Journal of System Assurance Engineering and Management* (Vol. 11).
- Licerán-Gutiérrez, A., & Cano-Rodríguez, M. (2017). A Review on the Multidimensional Analysis of Earnings Quality. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2998134>
- Maia, V., Azevedo, G., & Oliveira, J. (2018). Investigação sobre conservadorismo: Uma análise bibliométrica. *Investigação sobre conservadorismo: uma análise bibliométrica*, 18, 1–38.
- Marques, L., Gonçalves, M., & Klann, R. C. (2017). Conservadorismo Contábil: Uma Comparação Entre Setores. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 9(3). <https://doi.org/10.5380/rcc.v9i3.51123>
- Mendes, C. A., & Rodrigues, L. L. (2007). *Determinantes da Manipulação Contabilística*. 189–210.
- Moreira, J. (2006). Are financing needs a constraint to earnings management? Evidence for private Portuguese firms. *Discussion Papers*, 10, 1–33.
- Nijam, H. M. (2018). Motives for reporting fixed assets at revalued amount: Evidence from a developing economy. *Global Business Review*, 19(3), 604–622.

- Penman, S. H., & Zhang, X. (2002). Accounting Conservatism, the Quality of Earnings, and Stock Returns. *The Accounting Review*, 77(2), 237–264. <https://doi.org/10.2308/accr.2002.77.2.237>
- Pereira, C., Monteiro, A. P., Pereira, S., & Coutinho, C. (2023). The relationship between investment and accounting conservatism: A study applied to small and medium-sized Portuguese companies. *Revista de Contabilidade & Controladoria*, 15(1).
- Qiang, X. (2007). The Effects of Contracting, Litigation, Regulation, and Tax Costs on Conditional and Unconditional Conservatism: Cross-Sectional Evidence at the Firm Level. *The Accounting Review*, 82(3), 759–796. <https://doi.org/10.2308/accr.2007.82.3.759>
- Richardson, G., & Tinaikar, S. (2004). Accounting based valuation models: What have we learned? *Accounting & Finance*, 44(2), 223–255. <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2004.00109.x>
- Roychowdhury, S. (2006). Earnings management through real activities manipulation. *Journal of Accounting and Economics*, 42(3), 335–370. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2006.01.002>
- Ruch, G. W., & Taylor, G. (2015). Accounting conservatism: A review of the literature. *Journal of Accounting Literature*, 34(1), 17–38. <https://doi.org/10.1016/j.acclit.2015.02.001>
- Ryan, S. G. (2006). Identifying Conditional Conservatism. *European Accounting Review*, 15(4), 511–525. <https://doi.org/10.1080/09638180601102099>
- Shackelford, D. A., & Shevlin, T. (2001). Empirical tax research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1), 321–387. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00022-2](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00022-2)

- Sodan, S., Barac, Z. A., & Vuko, T. (2013). Lessons From Financial Crisis: Has Accounting in Central and Eastern Europe Become More Conservative? *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 26(sup1), 399–414. <https://doi.org/10.1080/1331677X.2013.11517659>
- Wali, S. (2015). Mechanisms of corporate governance and fixed asset revaluation. *International Journal of Accounting and Finance*, 5(1), 82–97.
- Watts, R. L. (2003). Conservatism in Accounting Part I: Explanations and Implications. *Accounting Horizons*, 17(3), 207–221. <https://doi.org/10.2308/acch.2003.17.3.207>
- Whalen, R. C. (2008). The Subprime Crisis—Cause, Effect and Consequences. *Journal of Affordable Housing & Community Development Law*, 17(3), 219–235.
- Wolk, H. I. (com Internet Archive). (1989). *Accounting theory: A conceptual and institutional approach*. Boston : PWS-Kent Pub. Co. <http://archive.org/details/accountingtheory0000wolk>
- Yang, Y., & Liu, W. (2024). Corporate non-financial misconduct and accounting conservatism. *Accounting & Finance*, 64(3), 2635–2670. <https://doi.org/10.1111/acfi.13229>
- Zhong, K., Song, L., & Wan, S. (2024). *Can Corporate Digital Transformation Increase Accounting Conservatism?* (SSRN Scholarly Paper No. 5057212). Social Science Research Network. <https://doi.org/10.2139/ssrn.5057212>



## 7 Apêndices

### Apêndice I – Descrição das empresas que compõem a amostra utilizada no estudo

<b>Empresas</b>	<b>CAE – Descrição da CAE Rev.3 Principal</b>
<b>ALERT LIFE SCIENCES COMPUTING, S.A.</b>	62010 - Atividades de programação informática
<b>ALTICE LABS, S.A.</b>	62010 - Atividades de programação informática
<b>AXIANSEU - DIGITAL SOLUTIONS, S.A.</b>	62090 - Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática
<b>CAPGEMINI PORTUGAL, S.A.</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>CELFOCUS, S.A.</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>CGITI PORTUGAL, S.A.</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>CISCO SYSTEMS PORTUGAL - SISTEMAS INFORMÁTICOS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA</b>	62010 - Atividades de programação informática
<b>CLARANET II SOLUTIONS, S.A.</b>	62090 - Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática
<b>CLARANET PORTUGAL, S.A.</b>	62090 - Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática
<b>COMPANHIA I.B.M. PORTUGUESA, S.A.</b>	62030 - Gestão e exploração de equipamento informático
<b>CRITICAL SOFTWARE, S.A.</b>	62010 - Atividades de programação informática
<b>CRITICAL TECHWORKS, S.A.</b>	62010 - Atividades de programação informática

<b>CTSPT - COLOCATION TECHNOLOGY SERVICES I PT, UNIPessoal, LDA</b>	62090 - Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática
<b>DELOITTE TECHNOLOGY, S.A.</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>DERIVADAS E SEGMENTOS, S.A.</b>	63110 - Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas
<b>FARFETCH PORTUGAL, UNIPessoal, LDA</b>	63110 - Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas
<b>FEEDZAI - CONSULTADORIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, S.A.</b>	62010 - Atividades de programação informática
<b>FUJITSU TECHNOLOGY SOLUTIONS, LDA</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>GLINTT GLOBAL, S.A.</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>INETUM TECH PORTUGAL, S.A.</b>	62090 - Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática
<b>KNDRL SERVICES PORTUGAL, S.A.</b>	62030 - Gestão e exploração de equipamento informático
<b>NATIXIS - SUCURSAL EM PORTUGAL</b>	62010 - Atividades de programação informática
<b>NOVABASE BUSINESS SOLUTIONS - SOLUÇÕES DE CONSULTORIA, DESENVOLVIMENTO, INTEGRAÇÃO, OUTSOURCING, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática

<b>NTT DATA PORTUGAL, S.A.</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>ORACLE PORTUGAL - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA</b>	62090 - Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática
<b>OUTSYSTEMS - SOFTWARE EM REDE, S.A.</b>	62010 - Atividades de programação informática
<b>PARTBLACK, S.A.</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>PORTUGAL TELECOM DATA CENTER, S.A.</b>	63110 - Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas
<b>RECUBANS, UNIPessoal, LDA (ZONA FRANCA DA MADEIRA)</b>	63120 - Portais Web
<b>REDITUS BUSINESS PRODUCTS, S.A.</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>REMOTE TECH, UNIPessoal, LDA</b>	62090 - Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática
<b>SAP PORTUGAL - SISTEMAS, APLICAÇÕES E PRODUTOS INFORMÁTICOS, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>SIBS - INTERNATIONAL, S.A.</b>	63110 - Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas
<b>SIBS FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A.</b>	62090 - Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática

<b>SIEMENS, S.A.</b>	62090 - Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática
<b>SINFIC - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INDUSTRIAIS E CONSULTORIA, LDA</b>	62010 - Atividades de programação informática
<b>START - SINES TRANSATLANTIC RENEWABLE &amp; TECHNOLOGY CAMPUS, S.A.</b>	63110 - Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas
<b>TECHINFOR, S.A.</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>UNBABEL, LDA</b>	62010 - Atividades de programação informática
<b>VB-KSC, S.A.</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>VISION BOX - SOLUÇÕES DE VISÃO POR COMPUTADOR, S.A.</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>WE DO CONSULTING - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>WIPRO PORTUGAL, S.A.</b>	62020 - Atividades de consultoria em informática
<b>XBLEND SOFTWARE, UNIPESSOAL, LDA</b>	62010 - Atividades de programação informática